



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

ACTA N.º 03/IX-4º/2008

- 1 - Aos dezanove dias do mês de Dezembro de dois mil e oito, pelas 21H15, nas instalações da Sociedade Recreativa Musical Trafariense, sita na Av.^a da Liberdade, 20, na Trafaria, realizou-se a Segunda Reunião da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, referente ao mês de Dezembro, com a seguinte agenda:-----
 - 1 - Período de Antes da Ordem do Dia-----
 - 2 - Período de Intervenção dos Cidadãos-----
 - 3 - Período da Ordem do Dia-----
 - 3.1 - Apreciação da Informação da Presidente da Câmara Acerca da Actividade Municipal.-----
 - 3.2 - Debate sobre o Plano de Mobilidade.-----
 - 3.3 - Apreciação e tomada de posição sobre os Pareceres do Conselho Municipal de Segurança dos Cidadãos de Almada relativos à Situação de Segurança 2007.-----
 - 3.4 - Apreciação e votação das Propostas da Câmara Municipal sobre:-----
 - 3.4.1 - "Opções do Plano e Orçamento do Município para o ano de 2009" e "Mapa de Pessoal para o ano de 2009";-----
 - 3.4.2 - "Opções do Plano e Orçamento dos SMAS para o ano de 2009" e "Mapa de Pessoal para o ano de 2009".-----
- 2 - Fez-se a chamada dos Srs. Deputados Municipais e foi verificado o quorum.-----
- 3 – Estiveram presentes quarenta e um eleitos na reunião, (faltaram à reunião o Sr. Jorge Manuel Pedroso de Almeida e o Sr. Manuel Maria Braga de Marques Gomes; e o Sr. António José Pinho Gaspar Neves – Presidente da Junta de Freguesia da Costa de Caparica).-----
 - 3.1 - Responderam à chamada os seguintes Srs. Deputados Municipais:-----

José Manuel Maia Nunes de Almeida; Sérgio Neves Correia Taipas; Maria Luísa Monteiro Ramos; Bruno Ramos Dias; José Luís Abreu Leitão; João Eduardo Alves de Moura Galdes; Francisco José Gonçalves Guerreiro; José Gabriel Guiomar Joaquim; Paula Cristina Loureiro Coelho; Maria da Graça Contreiras de Matos Mascarenhas Pessoa; Ruben José de Almeida Martins Raposo; Maria José Bruno Esteves; Maria Odete Teixeira Seguro Sanches Alexandre; António Manuel Veiga dos Santos Mendonça Mendes; Ana Margarida Machado da Silva Lourenço; Amadeu Dinis Vaz; Gaetano da Conceição Rolo; Henrique Alexandre Margarido de Almeida; Domingos José Soares de Almeida Lima; Nuno Filipe Miragaia Matias; Armando de Jesus Barata; Luís Miguel Ferreira Varela Pais; Miguel Ângelo Moura Salvado; Helena Maria Gomes de Oliveira; Luís Filipe da Cruz Pereira; Fernando Albino D'Andrade Mendes; Carlos



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Augusto Aurélio Alves Leal; Ricardo Jorge Cordeiro Louçã; José Manuel Pereira; Maria Manuela Batista C. S. Lopes; Fernando Jorge Amoreira Fernandes e Francisca Luís Baptista Parreira.-----

4 – Foi declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia.-----

4.1 – O Presidente procedeu ao anúncio das comunicações dos Srs. Deputados Municipais solicitando a substituição por ausência, prevista no artigo 78º, da Lei nº 169/99, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro:-----

- O Sr. Deputado Municipal Hernâni José Pereira Peixoto de Magalhães, com Ausência no dia 19 de Dezembro de 2008, (**Conforme ANEXO I**).-----
- A Sr.ª Deputada Municipal Maria Luísa Rodrigues Barros de Almeida Beato, com Ausência nos dias 19 e 22 de Dezembro de 2008, (**Conforme ANEXO II**).-----
- O Sr. Deputado Municipal André Vieira Pinharanda Delgado, com Ausência no dia 19 de Dezembro de 2008, (**Conforme ANEXO III**).-----
- O Sr. Deputado Municipal Helder de Jesus Dias Viegas, com Ausência no dia 19 de Dezembro de 2008, (**Conforme ANEXO IV**).-----

4.2 - Procedeu também ao anúncio dos pedidos de Suspensão nos termos do artigo 79º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro:-----

- O Sr. Deputado Municipal António Henrique Rodrigues Roseiro, com pedido de Suspensão do Mandato, por um período de oito meses, (**Conforme ANEXO V**).-----
- O Sr. Deputado Municipal António Rodrigues Anastácio, com pedido de Suspensão de mandato, por um período de sessenta dias, (**Conforme ANEXO VI**).-----

4.2.1 - Submetidos à apreciação e votação da Assembleia foram as Suspensões aprovadas por unanimidade.-----

4.3 – Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse:-----

- O Candidato Exm.º Sr. José João Santos da Mata, nos termos e para os efeitos do artigo 79º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e que ocupa a vaga ocorrida por Ausência do eleito Sr. Hernâni José Pereira Peixoto de Magalhães, e por impedimento do Sr. Vitor Telmo Moreira Gonçalves, (**Conforme Auto de Tomada de Posse ANEXOS VII e VIII**).-----
- O Candidato Exm.º Sr. Vitor Manuel Gomes da Fonseca, nos termos e para os efeitos do artigo 79º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e que ocupa a vaga ocorrida por Ausência da eleita Sr.ª Maria Luísa Rodrigues Barros de Almeida Beato, e por impedimento do cidadão Alain Magalhães Pereira (PEV), (**Conforme Auto de Tomada de Posse ANEXO IX**).-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- O Candidato Exm.^o Sr. Pedro Santos Maia, nos termos e para os efeitos do artigo 79^o, da Lei n^o 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n^o 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e que ocupa a vaga ocorrida por Ausência do eleito Sr. André Vieira Pinharanda Delgado, (**Conforme Auto de Tomada de Posse ANEXO X**).-----
 - O Candidato Exm.^o Sr. Álvaro Maurício Pinto dos Santos, nos termos e para os efeitos do artigo 79^o, da Lei n^o 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n^o 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e que ocupa a vaga ocorrida por Ausência do eleito Sr. Helder de Jesus Dias Viegas, (**Conforme Auto de Tomada de Posse ANEXO XI**).-----
 - O Candidato Exm.^o Sr. Vitor Manuel dos Santos Castanheira, nos termos e para os efeitos do artigo 79^o, da Lei n^o 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n^o 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e que ocupa a vaga ocorrida por Suspensão de Mandato do eleito Sr. António Henrique Rodrigues Roseiro, e por impedimento dos cidadãos Sr. Jorge da Silva Martins, Sr.^a Maria Amélia da Silva dos Santos Clemente Campos e Sr. Joaquim António Silva Gomes Barbosa, (**Conforme Auto de Tomada de Posse ANEXOS XII, XIII, XIV e XV**).-----
 - A Candidata Exm.^a Sr.^a Inês Sofia Sanches Alexandre, nos termos e para os efeitos do artigo 79^o, da Lei n^o 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n^o 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e que ocupa a vaga ocorrida por Suspensão do Mandato do eleito Sr. António Rodrigues Anastácio, (**Conforme Auto de Tomada de Posse ANEXO XVI**).-----
- 4.4 – O Presidente da Assembleia Municipal informou das comunicações das Juntas de Freguesia da Caparica, Laranjeiro e do Pragal em que para os efeitos da alínea c), do n^o 1, do artigo 38^o, da Lei n^o 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n^o 5-A/2002, de 11 de Janeiro, devido a justo impedimento os Presidentes do Órgão Autárquico são substituídos na Reunião da Assembleia Municipal pelos eleitos nas Juntas de Freguesia, o Sr. João Paulo Santos Correia Oliveira, a Sr.^a Mara Andreia Gonçalves Figueiredo e o Sr. José Alberto Ferreira Durão, respectivamente, (**Conforme ANEXOS XVII, XVIII e XIX**).-----
- 5 - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.-----
- 5.1 - Usou da palavra o Exm.^o Senhor Munícipe Carlos Manuel Martins do Nascimento, morador na Rua Caetano M. Batalha, n^o 7 2^o Dt. - 2800-050 Almada.-----
- 5.1.1 - O Exm.^o Senhor Munícipe Carlos Manuel Martins do Nascimento:-----
- "Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
- O assunto da minha intervenção prende-se com o estacionamento na Praceta Caetano Maria Batalha, que é uma Praceta interior a uma série de prédios onde vivem cerca de cento e sessenta famílias e que disponibiliza actualmente cerca de cem lugares de estacionamento sobre os quais foi divulgado um folheto emitido pela Câmara Municipal que se destinavam



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

exclusivamente aos moradores desta zona, a zona designada por Almada Ocidental. Posteriormente e com uma divulgação nada equiparável à primeira, chegou a alguns moradores um folheto emitido pela ECALMA designado "Informação aos Utentes" que vem informar que, a partir de uma data nada precisa e que é referida como sendo o momento em que for colocado um parquímetro à entrada da referida zona, esta zona deixa de ser exclusivamente para moradores. Os residentes estão preocupados pois o espaço inicialmente tinha-lhes sido reservado e não têm qualquer outra informação sobre como a partilha deste espaço virá a ser feita. Pensando que esta situação carece de melhor clarificação, solicito por um lado que seja a medida objecto de revisão e por outro lado que as entidades competentes prestem atempadamente os esclarecimentos que os residentes acham que merecem, nomeadamente quanto, como já referi, à forma como vai ser feita esta partilha, quer durante o dia, quer durante a noite, quer aos fins-de-semana."-----

5.2 - Usou da palavra o Exm.^o Senhor Município José Manuel Almeida Falcoeiros, morador na Rua de Angola, nº 57-A - Casal de Santo António - Vale Figueira - 2815-818 Sobreda.-----

5.2.1 - O Exm.^o Senhor Município José Manuel Almeida Falcoeiros:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
A minha questão é esta, sou membro da Comissão de Administração conjunta da AUGI da Quinta da Raposeira, que é composta por duzentos e sessenta e nove lotes sem licenciamento. A pergunta é esta, como está classificada e está posicionada a Quinta da Raposeira em termos de enquadramento dos Estudos Estratégicos que estão a ser desenvolvidos de acordo com os respectivos Planos de Pormenor? A pergunta é apenas esta."-----

5.3 – Usou da palavra em resposta aos Srs. Municípes, o Sr. Vereador José Gonçalves a solicitação da Sr.^a Presidente da Câmara.-----

5.3.1 - O Sr. Vereador José Gonçalves:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
Relativamente à questão colocada pelo Sr. Município e que tem a ver com o estacionamento na Praceta Maria Batalha, é uma situação que decorre da avaliação que é feita em permanência relativamente ao espaço público reservado para estacionamento na primeira forma do Regulamento de Almada Ocidental, nós considerámos toda aquela bolsa como estacionamento para residentes na perspectiva de que toda a envolvente a considerasse, e isso significou por exemplo que trezentos funcionários dos edifícios técnicos da Câmara que há vários anos estacionavam naquela Praceta o deixassem de fazer e tivéssemos optado por privilegiar o estacionamento para os residentes. Agora, temos a obrigação de verificar a forma como é usado o espaço e é incomportável que esteja em permanência a Praceta com muitos lugares



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

vagos. E tendo tomado esta decisão, por exemplo, pessoas que há dezassete ou vinte anos que ali estacionavam com frequência e que têm o seu posto de trabalho próximo e tivessem deixado de fazer com sacrifício naturalmente, com necessidade de adaptação e diariamente se confrontassem com a Praceta com muitos lugares vagos porque durante o dia os residentes estão longe de ocupar o espaço da Praceta. Portanto o que se propõe é otimizar o espaço que temos no sentido de à semelhança de outras áreas da nossa Cidade também permitir que visitantes possam usar quando existir disponibilidade para isso esse espaço e em especial será com certeza usado com muita gente que vai aos serviços da Câmara Municipal durante a hora de expediente e durante a noite seja completamente para os residentes como é óbvio, porque é isso que pretendemos e é a essa hora que os residentes usam com maior permanência aquele espaço. Não está em causa o continuar a ser usado pelos residentes, está em causa dar-lhe uma ocupação efectiva que é necessária e indispensável. Referia também o facto de termos colocado uma escada de ligação entre a D. Nuno Álvares Pereira e a própria Praceta no sentido de poder potenciar aquele espaço, e mesmo assim continuamos a verificar durante o dia que havia muito espaço vago e naturalmente muitas solicitações e nós todos os dias vemos isso no sentido de não ter espaço que não seja usado. Há na Cidade muitas destas situações que é, há necessidade de espaços onde os residentes permanecem em grande número durante todo o dia e há espaços onde os residentes abandonam a Cidade durante o dia e regressam à noite. Portanto, aquela é uma área que se verificou que durante o dia não precisamos de ter tanto espaço reservado para residentes. E faremos essa adaptação, está a ser colocada sinalética que cumprirá o Código da Estrada e que dará informação, mas penso que não está em causa, quem tiver o hábito como residente de Almada de lá estacionar terá certamente sempre condição de o fazer e nós queremos privilegiar essa ocupação.-----

Relativamente ao Sr. Município que traz a questão da AUGI da Quinta da Raposeira, os Planos de Pormenor estão em elaboração, terão momentos de partilha quer com a população da Trafaria, quer naturalmente com as entidades que tiverem interesse em participar nestes processos e todos os aspectos serão considerados a seu tempo."-----

6 – Passou-se ao Período da Ordem do Dia.-----

6.1 – Entrou-se no ponto 3.1 da agenda com a apreciação da Informação da Presidente da Câmara Acerca da Actividade Municipal, (**Conforme ANEXO XX**).-----

6.1.1 – Usou da palavra a Sr.^a Presidente da Câmara para apresentar a referida informação.-----

6.1.1.1 - A Sr.^a Presidente da Câmara Municipal:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Está convosco a informação quer da Câmara, quer dos Serviços Municipalizados relativa à Actividade desenvolvida nos meses de Agosto, Setembro e Outubro e como habitualmente quer eu quer o Presidente dos SMAS ficamos à vossa disposição para questões que nos queiram colocar."-----

6.1.2 – No debate usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais Ana Margarida Lourenço; Bruno Dias; Domingos Almeida Lima e Miguel Salvado; o Sr. Vereador Nuno Vitorino - Presidente do Conselho de Administração dos SMAS, o Sr. Vereador António Matos e a Sr.ª Presidente da Câmara Municipal.-----

6.1.2.1 - A Sr.ª Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
Relativamente a este Relatório de Actividades trimestral que aqui nos é apresentado, eu gostaria de focar um tema que apesar de não ter tido só incidência durante este período temporal é uma questão que deveria ser vista com alguma atenção e da qual eu gostaria de ter alguns esclarecimentos dado os desenvolvimentos que este órgão tem vindo a ter nos últimos tempos. Trata-se do Fórum Municipal de Juventude. E portanto eu teria aqui algumas questões para colocar ao Sr. Vereador António Matos, sobre o funcionamento deste órgão.----
Em primeiro lugar e para quem não tem presente o Fórum Municipal de Juventude é por definição, e passo a ler o Regulamento, "Um órgão consultivo e de informação da Câmara Municipal de Almada. É também uma estrutura congregadora e geradora de dinâmicas no seio do Movimento Associativo Juvenil Municipal com o estatuto de parceiro privilegiado junto da Autarquia". Lida só a definição a primeira coisa que me apraz perguntar é, qual é a definição de parceiro privilegiado que este Executivo camarário tem? Porque o que tem vindo a acontecer no Fórum Municipal da Juventude, são variadíssimas coisas. Entre Associações Membro que não são convocadas consecutivamente, entre os próprios Deputados da Assembleia Municipal que fazem parte da Comissão Sócio-Cultural que segundo este Regulamento tem assento nessa Comissão, também não são convocados para assistirem e convidados para assistirem a esta reunião como o próprio regulamento diz. Fomos convocados para assistir a esta reunião aquando do lançamento do site da Juventude. Sim senhora, vamos lá ver o lançamento do site. E foi a partir daí que algumas associações membros do Fórum Municipal da Juventude começaram a ter conhecimento das reuniões deste órgão consultivo da Câmara, segundo a definição e nada mais do que isso.-----
Em primeiro lugar, gostaria de saber e já agora para dizer que nessa altura um dos pontos da ordem de trabalhos era a própria alteração do regulamento do Fórum Municipal da Juventude. E segundo sei, nessa mesma reunião houve vários membros do Fórum Municipal que



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

chamaram a atenção ao Sr. Vereador, que não valeria a pena alterar o Regulamento porque está na Assembleia da República um Projecto-Lei que vai obrigar todas as Autarquias a terem um Conselho Municipal da Juventude e portanto não faria sentido alterar um regulamento, quando muito em breve vamos ter de formar um novo órgão e esse sim consultivo e com algumas regras muito bem definidas e iguais para todos os Municípios do País. A reunião foi-se passando, foi-se empurrando o assunto, na outra reunião seguinte que foi agora no mês de Novembro, volta à Ordem de Trabalhos este mesmo ponto. E portanto de Conselho Consultivo aquele órgão não tem nada. Porque a consulta que a Câmara fez ao próprio Conselho nem sequer ouviu o que eles quiseram dizer e continuou a manter a alteração do Regulamento, e continuou a insistir cegamente nisto.-----

O que eu gostaria de perguntar era em primeiro lugar, se de facto a Câmara Municipal está a pensar em ver este Fórum como Conselho Consultivo, porque que eu saiba, e eu não sei por exemplo, nesta sessão da Assembleia Municipal vamos aqui discutir o Orçamento, e eu não sei se o Fórum Municipal de Juventude foi ouvido para se saber o que é que os jovens achavam que deveria vir figurado neste Orçamento relativamente à Juventude.-----

Não sei se alguns jovens foram, o Fórum Municipal não foi. Mas também está no Regulamento que deve ser e que é uma das suas competências. E portanto, isso não acontece. Aliás numa reunião, e pasme-se quem quiser, houve quando se começaram de facto a querer debater assuntos relevantes do Fórum Municipal houve algumas pessoas que disseram, isto até agora e quando digo até era até agora enquanto nem todas as Associações eram convocadas, isto até agora estava a correr tão bem e nós vínhamos para cá trocar algumas experiências, mas eu acho que não é a definição do Fórum Municipal da Juventude. E portanto gostaria que o Sr. Vereador se puder e tenho a certeza que o irá fazer, me pudesse responder a estas perguntas."-----

6.1.2.2 - O Sr. Deputado Municipal Bruno Dias:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Eu pedi a palavra para suscitar à Câmara Municipal, à Sr.^a Presidente e à Câmara, uma questão que tem que ver com uma matéria que já por mais do que uma vez foi abordada nesta Assembleia, principalmente pelos Srs. Deputados Municipais do Partido Socialista, e que de há uns tempos a esta parte muito pouco ou quase nada se tem ouvido da parte do PS relativamente a este assunto. Eu estou a falar nomeadamente da presença da Câmara Municipal de Almada, da presença do Município de Almada na Internet. Estou a pensar na informação, na forma de comunicar com os Municípios, com as populações, na forma de fazer chegar às populações esta outra nova forma de comunicação e de acesso à informação,



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

estou a pensar na democratização das tecnologias de informação nomeadamente estou a pensar agora no caso concreto na presença e nos conteúdos disponibilizados à população através do portal do Município de Almada na Internet. Mais do que uma vez nós ouvíamos intervenções e queixas e perguntas da parte do PS e não só, mas especialmente da parte do PS sobre para quando, como, o que é que está a ser feito relativamente a esta matéria, a fazer lembrar quase aquele cartaz que há uns anos víamos no Centro Sul a perguntar onde é que estava o Parque da Paz, nesta altura nós verificamos com grande apreço e com um grande orgulho que o nosso Concelho relativamente a dados de 2007 apresentava e apresenta uma posição de destaque a nível Nacional, sendo um dos Concelhos do País que mais evoluiu de um ano para o outro, segundo o estudo recentemente apresentado pela Universidade do Minho, Departamento de Sistemas de Informação. Este estudo aponta vários tipos de critérios e vários tipos de metodologias para avaliar a prestação dos Municípios deste tipo de informação disponibilizada e chega-se à conclusão que, no que diz respeito a um dos critérios mais exigentes, naturalmente que é o das Autarquias, dos Municípios, de Concelhos com mais de cem mil habitantes, nos maiores Concelhos do País, o nosso Concelho está em quarto lugar. Isto significa não apenas um esforço muito grande e um resultado concreto muito grande, mas inclusivamente um avanço em termos de evolução, em termos de desenvolvimento que está claramente à vista com os resultados que se estão a obter. Sublinhando-se ainda que este estudo é referente a dados de 2007, é referente a uma situação que já mereceu de então para cá um conjunto de medidas, melhoramentos e desenvolvimentos e nesse sentido eu gostava de suscitar à Sr.^a Presidente da Câmara uma matéria que aliás está também relacionada e que foi afluída na intervenção que me antecedeu, por exemplo por esta questão mesmo na área ou na vertente voltada para a juventude, haver ofertas e conteúdos novos que até permitiram, veja-se bem que o Partido Socialista e algumas das suas personalidades melhor conseguiram agora acompanhar a actividade da Câmara nesta matéria. Consideramos que muito há certamente por fazer, mas admitimos a hipótese de este estudo já poder estar desactualizado porque muito melhor e muito mais está disponível desde 2007 e isso é o que qualquer cidadão com alguma atenção há informação disponível pelo Município de Almada na Internet, de então para cá foi surgindo. E é nesse sentido que eu gostava de colocar o ponto da situação nesta matéria porque às vezes há assuntos que parecem não ser muito convenientes para alguns a partir de certa altura."-----

6.1.2.3 - A Sr.^a Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Eu fico muito contente porque a bancada da CDU finalmente passou a dar importância aos rankings, aos rankings sobre Internet. Porque aqui há uns tempos quando eu apresentei os valores de um ranking e foi uma chamada de alerta, o Sr. Vereador ainda não era Vereador, portanto na altura, é normal que não se lembre, está a fazer essa cara de espanto, devia de ser pelo menos no Município de Almada acho que não havia, era o que o ranking dizia. Mas fico muito contente pela bancada da CDU agora dar importância aos rankings. Mas sobre isso ainda posso dizer mais uma coisa e já que falava do site da Juventude porque eu também me referi a ele, eu desafiava o Sr. Deputado Municipal a pesquisar e a navegar no site da Juventude da Câmara Municipal e depois a partir daí podemos ter uma conversa séria sobre o assunto. Antes disso não. Mas olhe, posso-lhe já dizer, vários conteúdos estão desactualizados e alguns conteúdos estão muito incompletos, bastante incompletos. Portanto, não serve de tudo ter um site, não conheço esse estudo, se o conhecesse seria possivelmente a primeira. Obviamente que admitimos que foi dado um grande passo no que diz respeito às páginas da Internet da Câmara Municipal de Almada, mas também partimos quase do zero, agora se estes sites servem a população aí é uma questão de opinião. Na minha opinião não servem totalmente a população e no que diz respeito por exemplo em serviços online tem muito pouco. Ao contrário por exemplo do site dos SMAS que tem bastante e é um exemplo. E portanto, poderia dar esse exemplo ao restante executivo para que os restantes sites da Câmara Municipal de Almada também espelhassem essa interactividade e essa dinâmica."-----

6.1.2.4 - O Sr. Deputado Municipal Bruno Dias:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Eu queria nesta altura homenagear a Sr.^a Deputada Municipal, Ana Margarida Lourenço colocando-a lado a lado com Bertold Brecht citando os dois. Citando o que acabamos de ouvir, o site dos SMAS tem muitos serviços online e é nesse aspecto um exemplo. O site da Câmara de Almada deu passos muito positivos e eu penso que esta é uma saudação importante e vale a pena registar e citando Bertold Brecht e assim homenageia-se a Sr.^a Deputada Municipal, "nada nasce do nada, o novo nasce do velho e por isso mesmo é que é novo".-----

6.1.2.5 - O Sr. Deputado Municipal Domingos Almeida Lima:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Venho de forma recorrente trazer aqui à Assembleia um assunto que me parece que já deveria estar resolvido. Refiro-me a uma obra da Estrada Nacional 377/1 na Charneca, que em Assembleia anterior levantei a questão, porque foi uma via que esteve encerrada ao



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

tráfego durante uns meses, depois disso foi feita a cobertura e a pavimentação, e o que acontece é que agora todos os dias ou praticamente todos os dias aquele troço tem que levar uma intervenção, uma curta intervenção porque está a abrir buracos por todos os lados. E sobretudo o que é preocupante é que na Rotunda Amália Rodrigues que era uma zona que não tinha problemas de maior, penso que os técnicos já demonstraram sobre isso, todo o piso de entrada está também completamente desnivelado.-----

Eu queria perguntar e penso que o Sr. Vereador conhece bem a situação, por um lado se o executor da obra está a ser responsabilizado por esta situação? Por fim, se de facto a fiscalização municipal actuou com o zelo que devia ter actuado, porque ma parece que praticamente quinze dias depois da obra estar concluída, estarem a aparecer estas situações, parece-me enfim não quero pronunciar-me, não sou técnico, mas alguma coisa poderia ter sido feita para melhorar."-----

6.1.2.6 - O Sr. Deputado Municipal Miguel Salvado:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Também queria aproveitar este momento só para levantar algumas questões e algumas dúvidas. Para quando a resolução na Cova da Piedade em frente ao Jardim daquele constrangimento de trânsito que foi lá colocado com aqueles plásticos. Já nos foi dito que ia ser resolvido em breve e assim lá continua.-----

Por acaso a situação ali não era muito difícil provavelmente porque com as alterações que houve do trânsito em Almada, como agora a partir de certa altura do dia caótico de circular na Cova da Piedade e na Av.^a Rainha D. Leonor, provavelmente quando o separador central do ouro lado, criar-se ali duas vias era muito mais fácil até para entrar para a Rotunda. Mas isto é apenas uma opinião e acho que é uma solução até relativamente fácil para os serviços municipalizados.-----

Em relação à Costa de Caparica, gostaria de colocar uma questão. No outro dia voltei a visitar aquela zona das Terras da Costa, onde está todos os dias a crescer um bairro ilegal, o que é que se pode fazer? Porque eu acho que aquilo ali se vai transformar noutro Bairro de Santo António e se calhar daqui a uns anos voltamos a estar com o mesmo problema. Aquilo está enorme, aquilo tem crescido, não vejo qualquer acção e aqui digo sinceramente, nem do Poder Central, nem do Poder Local, não vejo ninguém, vejo alguns alertas por parte da Junta de Freguesia, mas dentro das suas limitações não pode fazer absolutamente mais nada, a não ser alertar e ir sensibilizando todas as pessoas e preocupa-me, preocupa-me porque há ali situações inclusive por falta de higiene e quem lá vai percebe perfeitamente que aquilo é miserável e acho que o Concelho de Almada não devia ter uma situação daquelas. Nem o



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Concelho de Almada nem nenhum Concelho do País. Porque acho que é mesmo uma miséria aquilo que se passa lá. Se calhar está escondido, está lá no meio das terras de cultivo, só indo lá de propósito é que a pessoa vê. Eu já fui lá duas vezes e acho muito triste aquilo que está ali a acontecer.-----

Em relação também, falar aqui numa situação que se passa na minha Freguesia, na Freguesia de Cacilhas, que é a actuação da ECALMA, a ECALMA foi criada, começou a trabalhar no terreno e eu aqui também já coloquei da mesma forma que hoje também vou criticar. Porque começou a actuar e actuou bem, e as coisas estavam a funcionar bem. A actuação estava a ser interessante, estava a ser pedagógica, as pessoas a começar a perceber e de repente desapareceram. Veio o Verão e desapareceram. Provavelmente foram para os Parques de Estacionamento da Praia da Rainha e da Praia do Rei, mas realmente os Fiscais desapareceram, de tal forma desapareceram começou-se a criar outra vez uma certa anarquia. Agora, com a entrada em funcionamento do Metro as coisas ainda estão piores. Mas isto já nem é o que me preocupa, a mim o que preocupa é, criam-se Planos, prepara-se o terreno, criam-se Parques, criam-se Planos, fala-se com os moradores, exige-se uma série de medidas e uma série de papéis às pessoas para poderem ter o Cartão de Residente e depois fantasticamente ocupa-se o maior Parque de Estacionamento que existe na Freguesia de Cacilhas com um carro enorme. E eu agora pergunto, onde é que os moradores vão parar? Porque sinceramente das duas uma, não consigo compreender como é que o licenciamento do Circo é feito naquele espaço ocupando dois Parques de estacionamento que estavam disponíveis para os residentes, apenas sobra um canto, uma metade de um deles, um antigo parque das camionetas da Lisnave. Pior, há lá alguns sítios e algumas lojas que nem conseguem ter acesso neste momento porque o Circo está mesmo em cima dessas lojas, uma delas até está à venda junto ao Posto de Transformação. Segundo, se for como no ano passado em que depois de sair aquilo ficou tudo esburacado, o Parque de Estacionamento e ficou bem pior do que quando o encontraram, este ano ainda vai ser pior. O ano passado eles só ocupavam um, este ano já ocupam metade do outro, depois a circulação de pessoas que vem da Rua António Nobre e das Pracetas adjacentes já é mau por aquele acesso, agora ainda é pior porque agora tem que passar mesmo pelo meio do Circo. Felizmente o Circo não vai lá estar por muito tempo, senão um dia destes as pessoas andam no meio das jaulas, no meio dos leões, etc., porque é uma vergonha aquilo que se passa lá. Eu convido qualquer um a ir lá, e a própria Junta de Freguesia já recebeu reclamações, pelo que eu sei não é a Junta que licencia, porque também se fosse era noutro Fórum que era tratado. Agora, a verdade é esta, aquilo está mal, não percebo porque é que se exige tanta



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

coisa aos moradores, se chateiam as pessoas, se multam as pessoas e depois se licencia a ocupação do espaço público e da via pública com um Circo daquela dimensão. Eu só espero quando eles saírem de lá aquilo não fique estragado e não fique como ficou o ano passado. Pior, o ano passado inclusive andaram a atirar as fezes dos animais para dentro dos sumidouros e para dentro de fossas, que depois teve que andar lá os SMAS e aquilo era um cheiro horrível. Queixaram-se e depois a Câmara é que teve que actuar mais tarde. Infelizmente não percebo como é que isto acontece, de certeza que há uma explicação, eu é que não estou a perceber.-----

Para terminar. Só trazer aqui um assunto que eu acho que é uma situação recorrente e eu aqui elogio a actuação do Sr. Presidente da Junta da Charneca pelas suas preocupações a nível de limpeza, e eu estou a falar da Charneca de Caparica, mas infelizmente por muito que a Junta faça e aí a Câmara tem que fazer mais, porque as Juntas têm muitas dificuldades e não lhes cabe a elas fazer isso, que tem a ver com a limpeza da Charneca de Caparica. A gente vai a Vale Cavala vê o que vê, a gente vai à zona da Av.^a do Mar a gente vê o que vê, nas zonas periféricas da Aroeira a situação de lixo por todo o lado, eu às vezes até digo mesmo de abandono. E depois falamos em Turismo de qualidade, em Planos Turísticos para Almada, mas se nos dirigirmos a algumas zonas turísticas daquela Freguesia que são várias somos confrontados com contentores de lixo a transbordar à porta dos mesmos, estradas em mau estado, a inexistência de passeios e um total abandono. Há uma coisa que não nos podemos queixar é de Planos, o problema é que depois quando vamos à realidade nem sempre vemos os Planos."-----

6.1.2.7 - O Sr. Vereador Nuno Vitorino - Presidente do Conselho de Administração dos SMAS:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
Relativamente à obra na Estrada Nacional 377 entre a zona central da Charneca e a Rotunda da Amália Rodrigues, já tive oportunidade de falar ao Sr. Presidente da Junta e de me penitenciar, em nome dos Serviços Municipalizados porque efectivamente a obra não está a contento do Município nem a contento dos Serviços Municipalizados, como aliás oportunamente telefonei ao Sr. Presidente dando-lhe conta disso e da preocupação que temos com aquele trabalho. Mas já agora, gostava de partilhar convosco quais são as razões que aquilo aconteceu. Como as pessoas que tiveram a oportunidade de acompanhar terão verificado, trata-se de colocar um colector a uma profundidade muito significativa e portanto como compreenderão estamos a falar de profundidade de cerca dos quase quatro metros, estamos a falar de uma vala larga, profunda, com uma grande necessidade de compactação, numa fase em que não choveu e numa artéria em que todos tínhamos um grande desejo de



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

fechar. Por outro lado uma empresa que sendo do nosso Concelho atravessa grandes dificuldades económicas, como muitas empresas no nosso País infelizmente e que portanto tem tido uma capacidade de resposta impensável, portanto o diálogo com eles é extraordinariamente difícil, o acompanhamento técnico é extraordinariamente difícil e nesse contexto e também um pouco com a pressão que o serviços e a fiscalização também por instruções nossas exerceram no sentido de se poder fechar com maior rapidez possível para não dificultar a vida a quem passa naquele espaço porque sendo um espaço curto tem muito movimento de trânsito, uma particularidade foi que choveu exactamente dois dias antes de se fechar, a compactação não foi a desejável e aquilo que aconteceu e o que está à vista, a obra naturalmente não está recebida, existem as garantias, estamos a tentar tratar com a empresa, mas infelizmente a empresa não está em condições económicas nem técnicas de conseguir responder no tempo que é desejável, portanto neste momento não sou capaz de vos dizer se será a empresa que irá fazer a rectificação, se os Serviços Municipalizados terão que tomar outra iniciativa para resolver aquele problema. Mas alguma iniciativa com certeza será tomada e o assunto será resolvido, embora os prejuízos que estão neste momento não podem ser definitivamente resolvido porque já estão. Era esta a questão que se coloca."-----

6.1.2.8 - O Sr. Vereador António Matos:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
Tentando responder às questões colocadas pela Sr.^a Deputada Ana margarida Lourenço que saúdo viva e calorosamente pelo seu interesse nesta problemática que augura um crescimento da participação juvenil porque de uma jovem se trata.-----
Colocou uma série de questões sobre o funcionamento do Fórum Municipal da Juventude, relativamente ao conceito discutível ou não, ele é de facto um Órgão Consultivo do Município que assegura essa auscultação através dos dispositivos orgânicos que criou para esse diálogo com as organizações juvenis associadas neste Fórum e fora dele, e fora deste Concelho que é a área da Juventude. Essa auscultação que faz é sistemática ao longo de muitos anos, conforme sabem os representantes das instituições juvenis que integram o Fórum e conforme sabem as instituições juvenis que trabalham com a Câmara mesmo antes de haver Fórum, e trabalham com a Câmara desde os finais dos anos setenta de forma sistemática e em particular a partir dos finais dos anos oitenta e em particular a partir de oitenta e nove, altura em que se fundou em que se criou uma das primeiras Casas Municipais da Juventude em Portugal, como sabe, o Ponto, como os jovens chamam.-----
O Ponto de Cacilhas, essa referência importante das Casas Municipais da Juventude em Portugal, portanto há dezanove anos que há um trabalho sistemático de articulação entre o



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Município através da Área da Juventude e as Associações Juvenis no Ponto e agora mais recentemente em Santo Amaro. E é de facto este Fórum um espaço de articulação entre os grupos juvenis do Concelho de Almada que obviamente tem condições para fazer tudo aquilo que desejam fazer. Podiam ficar aquém daquilo que pretendiam mas não tem sido isso que tem acontecido. Eles têm feito tudo aquilo que desejam fazer neste espaço criando já vai para dez anos o Fórum. E tem vindo a funcionar de forma sistemática como uma instância de articulação entre os grupos juvenis, que o Município faz aí um trabalho de medição, de facilitação de relação. Isso é facilmente atestado por todos os grupos juvenis que têm trabalhado no Concelho de Almada e que levam de resto para o País, é isso que eu vejo, mesmo quando vou de visita aos Concelhos geridos para a área com que mais se identifica, é terem neste Concelho, que Almada tem e no trabalho que a Câmara faz na área da juventude uma referência nacional e penso que provavelmente reconhecerá isto.-----

Eu conheço-as por acaso todas, não estamos à frente no ranking das virtudes, mas que realmente em Almada o trabalho da juventude é considerado uma referência Nacional é. Isso é estudado e até por Academias, pela Academia isso é estudado já. Penso que tem essa informação como eu tenho, não estou a dizer que estamos no top, nem há rankings aqui, porque é muito difícil, mas claramente se pensarmos no trabalho de articulação com os jovens, de apoio ao trabalho das organizações juvenis de uma forma autónoma, Almada é hoje uma referência Nacional. É uma referência Nacional e não há talvez uma que se tenha mantido tanto tempo de uma forma permanente, regular e sistemática, com um nível de democraticidade, trabalho sistemático como aquele que existe em Almada. Por muito que tenhamos que melhorar e temos seguramente. Portanto, é uma instância de consulta, é feita, é uma instância de articulação e todos os anos há um ponto alto da articulação entre as organizações juvenis e a Câmara Municipal para o desenvolvimento de iniciativas de animação e de actividade de animação cultural, musical, desportiva, artes, etc., com a organização da Quinzena da Juventude que é integrada há muitos anos a esta parte por dezenas e dezenas de iniciativas da responsabilidade das próprias organizações juvenis que se articulam neste Fórum e participam activamente nesta altura. Portanto é um pico da participação.-----

Relativamente à questão das convocatórias, houve um outro problema que eu fui informado e que chamei a atenção para algum rigor e depois verifiquei que era por alguma falta de contactos. Mas uma ou outra de pormenor que está neste momento resolvido e de qualquer forma quero dizer que as próprias convocatórias desde que o site específico da juventude existe, são colocadas online, mas isso não significa que não tenham que ser feitas por via



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

electrónica e/ou postal. Portanto, contacto directo com toda a gente a partir dos contactos que estão dados, portanto os contactos existentes na área da juventude é feita, tem que ser feita sempre via postal, electrónica, para além da disponibilidade electrónica, no próprio site da juventude.-----

Relativamente ao modo como decorreram os dois últimos Fóruns, diz a Sr.^a Deputada que a Câmara não ouviu o que os jovens quiseram dizer. Eu isso quero aproveitar, eu reconheço o seu direito a dizer, não percebo é como é possível que a Ana Margarida diga que a Câmara Municipal nos Fóruns, dois últimos, não tivesse querido ouvir o que os jovens disseram. Eu fico, desculpe dizer-lhe, mas estou surpreendido, porque eu coordeno essa reunião e os jovens falaram tudo aquilo que quiseram dizer, tudo, mas digo-lhe isto frontalmente Ana Margarida. Todos os jovens presentes em representação das Associações disseram o que quiseram, repetiram e pediram a palavra uma, duas e três vezes, designadamente a sua Camarada, que foi quem falou mais. E eu no fim ainda lhe disse, Rita, quer dizer mais alguma coisa? E ela disse. Mas eu perguntei-lhe no fim e ela disse, já não é preciso, sendo-me. Portanto, todos os jovens, qualquer jovem, tem que reconhecer, disse o que quis, e quando eu fiz a síntese da reunião ninguém contraditou e foi por consensualidade.-----

O que nós fizemos na última reunião foi um ajustamento ao Regulamento do Fórum em função das práticas recentes, designadamente aquelas práticas que os jovens construindo, tendo em conta a condição que têm para participar ou não, o que nós queremos como é óbvio é muito mais participação, a alteração do regulamento foi no sentido de ajustar o Regulamento num outro aspecto às práticas efectivamente existentes e depois de apreciarmos todas as clausulas de introduzimos duas clausulas que a sua Camarada propôs, que eu aceitei de imediato perguntando, aceitam? E fui logo plasmado ali, ou seja, o Fórum previa-se quatro reuniões por ano, é difícil fazer as quatro, nós propusemos três e a sua Camarada disse quatro e todos aceitaram manter-se lá as quatro. Assim como uma outra questão, foi tudo plasmado. Diz-me que a Câmara não quis ouvir o que eles disseram? Acho uma coisa absolutamente inacreditável o que está a dizer. A Câmara ouviu, aliás nós apenas conduzimos a reunião, ouviu incorporou e mais vou dizer e termino, depois a seguir nós fizemos o Regulamento, aprovámos ponto por ponto por unanimidade com os votos da sua Camarada, e todas as estruturas partidárias presentes, aprovámos ponto por ponto por unanimidade."-----

6.1.2.9 - A Sr.^a Presidente da Câmara Municipal:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Nós estamos a apreciar a Actividade da Câmara Municipal desenvolvida durante três meses, temos um documento extensíssimo, daqui consta muito trabalho feito, muita obra nas Escolas, muita obras nas estradas, muita obra de iluminação pública, muita obra em Parques, muita actividade desportiva, cultural, social, etc., e naturalmente que estamos bem porque o que está aqui não merece comentário, naturalmente o nosso trabalho durante estes meses é um trabalho substantivo ao serviço das populações. Naturalmente nós estamos receptivos a todas as contribuições que nos chegam, quer sejam contribuições de cidadãos, quer sejam obviamente e por maioria de razões dos nossos eleitos, dos nossos Deputados Municipais. De qualquer modo não podemos confundir penso que o âmbito desta ponto da Ordem de Trabalhos e portanto penso que neste ponto da Ordem de Trabalhos não pode caber a discussão de Regulamentos nem o funcionamento de um órgão que tem a presidência do Sr. Vereador, e por aquilo que aqui se ouviu ficou bem claro mais uma vez, a verdade anda um bocadinho fugidia e eu como sou muito directa e frontal e não engulo determinado tipo de coisas, não posso deixar de dizer isto e dizer que nós há muitos anos temos Fóruns da Juventude e que se há quem só agora acordou para o Fórum da Juventude ainda vem a tempo, mas já há muitos anos que existe Fórum da Juventude em Almada. E não foi preciso a Assembleia da República criar uma Lei para que o projecto político que tem tido a maioria ao nível das responsabilidades neste Concelho tivesse começado a trabalhar com a juventude no nosso Concelho. Não é a juventude é com a juventude. Não é de cima para baixo, é com, é directamente. E portanto por isso se criaram Casas de juventude com projectos avançadíssimos e que são realmente referência e está aqui também na Actividade Municipal o que é que se fez nas Casas da Juventude, muito trabalho, muito projecto em todos os domínios que interessam aos jovens. Da Música, da Dança, das Artes, em todos os domínios que fazem parte dos interesses juvenis na nossa Cidade, na nossa terra. Eu acho que há quem não goste de Almada, há pessoas que não gostam de Almada. E portanto se Almada trabalha bem, que maçada, que maçada agora Almada tem boa cotação, Almada trabalha bem, Almada faz melhor do que este ou aquele, que maçada devia ser era o pior do mundo, mas não, estão enganados, é bom para os Almadenses, Almada faz bem é bom para os Almadenses, Almada tem bons resultados a vários níveis é bom para os Almadenses porque nós trabalhamos para os Almadenses, não trabalhamos para as estatísticas e amamos Almada. Portanto eu queria dizer que relativamente a esta questão dos sites nós temos um conjunto muito amplo de sites, para além o Portal Almada Digital também temos o site da própria Câmara com os serviços online, etc. e com muitos trabalhos que estão em desenvolvimento e também temos os sites especializados, e são vários: é a Cidade



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Educadora, são os Museus, é a Juventude, é o Ambiente, são muitos os sites especializados que estão à disposição dos Municípios e não é a Presidente da Câmara nem o Presidente dos SMAS que fazem os sites, os sites são feitos pelos técnicos municipais e por colaboradores que nós contratamos para trabalhar com os técnicos municipais na elaboração destes trabalhos. E eu gostava de dizer já agora que nós estamos à frente de Lisboa, também estamos á frente de Lisboa, é verdade, somos o quarto de entre os Municípios com mais de cem mil eleitores e estamos à frente de Lisboa. Vale o que vale, mas estamos, olha é verdade que maçada para alguns, que bom para outros, é assim.-----

Depois queria deixar nota de que em relação á ECALMA, a ECALMA está a agir naturalmente que é importante a sua acção, está naturalmente com um trabalho cada vez mais exigente e mais alargado, está a agir, está a intervir, tem uma área de intervenção cada vez mais alargada, tem a preocupação da pedagogia, mas também da intervenção penalizadora a partir de determinada fase dos processos.-----

Queria dizer que os Circos não estão em espaço público, os Circos estão em espaço privado, mas naturalmente que são importantes as chamadas de atenção. Mas é espaço privado não é espaço público e não é com a perspectiva que aqui colocou. É evidente que isto é sempre um pau de dois bicos. É espaço privado. Há quem goste de Circo, há quem goste menos de Circo. Ainda no outro dia nos lembramos de um Município numa Assembleia Municipal, de um proprietário de um Circo e ficámos todos um bocadinho preocupados, eu acho que ficamos. A Câmara foi tratar do assunto do Sr. e penso que interpretando o sentimento de todos os Autarcas, porque nos parece que todos admiramos a Arte Circense e que é uma arte a defender. Portanto, pode haver quem goste mais, as crianças gostam muito, mas é preciso é que não haja sujidade, façam as coisas como deve ser, etc.-----

Também queria dizer que em relação à questão que aqui foi trazida sobre a Costa de Caparica, é uma área que está sob controlo, não é uma área que esteja desacompanhada, está sob controlo, e portanto é uma questão sistemática, é um trabalho sistemático. Não houve ali nenhum tsunami para acabar com aquilo, não. Há lá pessoas, há lá gente, há lá crianças, há lá homens, há lá mulheres, há grávidas, há velhos e portanto é preciso controlar a situação. Todos os dias chegam ao aeroporto da Portela muitas e muitas famílias vindas de todos os cantos do mundo. E naturalmente vão por aí, pela Área Metropolitana de Lisboa, nós não mandamos nessa matéria. E todos os dias chegam a muitos Concelhos, não é apenas ao Concelho de Almada. o nosso trabalho é de controlo da situação, para não deixar aumentar a situação. A política de habitação é uma questão Nacional, a política de Imigração é uma questão Nacional e eu defendo os imigrantes, atenção não sou daquelas pessoas que



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

defende uma perseguição aos imigrantes. Nós somos um País de emigrantes, andámos emigrados pelos quatro cantos do mundo, ganhámos a vidinha indo a salto para tantos países. Portanto, vamos lá ver como é que tratamos estas matérias. Agora controlo, não podemos resolver no nosso Concelho todos os problemas que chegam a Portugal, não. Temos que ter controlo sobre as situações. É preciso políticas quer do ponto de vista da habitação, quer noutras matérias que acompanhem estas questões e que as controlem ainda mais, é com certeza. Nós fazemos a nossa parte.-----

Em relação á Cova da Piedade, a questão daquela solução experimental que lá está, está ali a ser testado em termos experimentais e obviamente a seu tempo será tratado e será resolvido. Portanto agradeço as vossas contribuições, sendo que nalguns casos poucos, embora penso que fora do contexto, mas não temos problemas em responder àquilo que nos colocam."-----

6.1.2.10 - A Sr.^a Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Relativamente àquilo que foi aqui agora dito, já começa a tornar-se um hábito que já todos nós sabemos que as críticas são muito mal aceites e portanto quando se faz uma crítica vem-se logo com o argumento que não se gosta do Município e que queremos que tudo corra mal, isso substancialmente é completamente irrelevante.-----

Agora, quanto àquilo que o Sr. Vereador António Matos referiu e agradeço as palavras simpáticas que teve, eu quando disse que a Câmara Municipal não ouve o Conselho Municipal de juventude não é que esteja lá a ouvir, é que isso não se repercute depois nas acções que vêm a seguir. E segundo eu sei e o Sr. Vereador pode confirmar, não foi só a minha Camarada Rita, mas fico muito contente que o valor participativo e o valor de empenho dela seja reconhecido também fora do nosso Partido, fico muito contente por isso, mas não foi só a Rita que levantou a questão de não ser necessário quando temos um Conselho Municipal de Juventude que terá que ser criado no início do próximo ano assim que sair a Lei, não seria necessário mudar o Regulamento. E pasmaram-se todos os membros do Fórum Municipal da Juventude quando na convocatória seguinte vem o mesmo ponto da Ordem de Trabalhos, e a Câmara estava a insistir e insistiu em mudar aquele Regulamento. É claro que o Regulamento poderá ser mudado e ele foi mudado, é óbvio. E portanto, aqui a única coisa que foi dita é que a Câmara Municipal na pessoa do Sr. Vereador insistiu em levar um ponto na Ordem de Trabalhos daquele órgão consultivo que manifestamente a grande parte dos membros que estiveram presentes na reunião disseram e não foi só a minha Camarada, segundo sei e o Sr. Vereador também pode confirmar. Ela



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

não foi a única a dizer isso. É este o único ponto, não é a questão de ouvir, vocês estão lá obviamente que o Sr. Vereador ouviu e colaborou e falou e esteve ali, obviamente como um pouco um moderador no meio da discussão que estava a haver entre os vários membros. Agora, logo a seguir aparece uma convocatória que é contrária àquilo que tinha sido discutido na última reunião. É natural que eu ache que a Câmara Municipal não ouça."-----

6.1.2.11 - O Sr. Deputado Municipal Miguel Salvado:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Antes de mais esclarecer obviamente que nem eu nem a bancada do PSD tem nada contra o Circo. Eu próprio adoro Circo. Gosto muito de Circo. Mas gostava de dizer o seguinte, alguém tem que licenciar o espectáculo lá, mas eu a questão do terreno ser privado até já nem vou por aí. O problema é que a estrada que dá acesso às lojas da parte de trás e inclusive algumas empresas, uns bares, etc. essa estrada também está ocupada, numa larga faixa está ocupada literalmente. Há uma zona que inclusive chega a tocar nos prédios, as cintas, os esticadores que eles usaram. Ninguém lá consegue passar. E há um acesso inclusive, os acessos às lojas estão completamente bloqueados, até uma pessoa tem dificuldade de lá passar quanto mais um carro. E é esta a minha questão, ninguém está aqui, não vamos misturar as coisas, ninguém está contra o Circo.-----

Eu o ano passado fui lá ao Circo e até gostei. Mas a gente tem que pensar nas duas coisas, temos que defender também os interesses dos moradores. Não só ver as coisas por um lado. Aquilo que lá está não está bem, está mal, alguém teve que o licenciar.-----

E em relação às pessoas das Terras da Costa de Caparica, obviamente que tomara eu e todos nós que ninguém lá estivesse com dificuldades, obviamente, obviamente que nós gostaríamos que aquelas pessoas tivessem condições, mas nós temos que dar-lhes condições e não temos é que deixar aumentar ainda mais o que lá está. Eu não quero que ninguém, seja corrido de lá, eu só quero é que as pessoas possam ser acompanhadas para que com o tempo aquilo desapareça."-----

6.1.2.12 - O Sr. Vereador António Matos:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Eu quero esclarecer de uma forma muito breve mas muito firme, a Sr.^a Deputada diz que se pasmaram os membros do Fórum por levarmos a reunião seguinte a aprovação do Regulamento, fico espantado com isto. Não houve nenhuma indicação no Fórum, para além obviamente dos comentários, das intervenções de cada um, nem foi recorrente essa do Conselho Municipal da Juventude no sentido de não avançar para aprovação do Regulamento e que devíamos esperar por uma Lei que está, o que existe na Assembleia da



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

República é um Projecto do Partido Socialista que se for aprovado e se for tornado Lei da República, naturalmente o que foi visto no Conselho Municipal foi uma aceitação por unanimidade na generalidade e discutir ponto a ponto e a aceitação que neste momento não era pertinente nem se devia colocar na Ordem do Dia a discussão do Conselho Municipal da Juventude uma vez que não há ainda Lei. Quando houver Lei cá estaremos todos para apreciar e cumprir Leis da República conforme Almada faz gala cumprir. Isso é uma questão, pasme-se? Eu não estou a ver de onde vem essa de "pasmaram-se", não estou nada a ver.-----

Na primeira reunião conversou-se sobre o assunto e marcou-se uma reunião para aprovar e toda agente participou e decidimos por unanimidade. Quando houver outra Lei cá estamos.-- Isto é a realidade. Eu valorizei a intervenção da sua Camarada porque fico satisfeito com isso, não quero valorizar um jovem da JCP que teve uma óptima intervenção também, deixo para me pagar com a magnanimidade que estou a brindá-la."-----

6.1.3 - Não havendo mais pedidos de uso da palavra deu-se por concluída a apreciação da Actividade Municipal.-----

6.2 - Foram dadas informações aos Srs. Deputados Municipais pelo Presidente da Assembleia Municipal e da Comissão sobre a Linha de Muito Alta Tensão.-----

6.2.1 - O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:-----

"Srs. Deputados Municipais;-----

Permitia-me utilizar a vossa atenção para um breve relato da actividade da Comissão Eventual de Acompanhamento e um breve ponto da situação da instalação da Linha de Muito Alta Tensão - Fernão Ferro - Trafaria 2.-----

Em termos de registo na acta e de forma pública a última informação dada foi na Segunda Reunião da Sessão Plenária de Fevereiro, realizada no dia 22 de Fevereiro de 2008 a que corresponde a Acta Nº 06/IX-3º/2008.-----

Assim, a partir do dia 23 de Fevereiro de 2008 a Comissão Eventual realizou dez reuniões, sendo cinco com apenas os Membros da Comissão, em 13 e 24 de Março, 13 de Agosto, 18 de Setembro e 27 de Novembro outras três reuniões com Entidades e Organizações da área de sobrepassagem da Linha, a saber Colégio Campo das Flores; Externato Sol e Mar; Santa Casa da Misericórdia; Comissão de Moradores da Quinta de São Macário e Charneca de Caparica e Comissão de Luta Contra o Traçado da Linha, em 24 de Março, 13 de Agosto e 27 de Novembro, uma reunião com a Administração e Directores da REN e uma reunião com o Grupo Parlamentar do Partido Ecologista "Os Verdes" realizadas, respectivamente, em 26 de Fevereiro e 24 de Novembro. Todas as Reuniões da Comissão tiveram a presença do



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Vereador José Gonçalves. Durante este período houve também encontros, reuniões ou contactos, sendo de destacar a acção de coordenação e acompanhamento do evoluir da situação que o Presidente da Comissão teve com a Sr.^a Presidente da Câmara, com o Sr. Vereador José Gonçalves, com o Director do Externato Sol e Mar.-----

De registar também durante este período a:-----

- Resolução Fundamentada de Processo Judicial em curso e aprovada por unanimidade pela Assembleia Municipal na Reunião da Sessão Extraordinária realizada no passado dia 24 de Março, correspondente à Acta N^o 07/IX-3^o e publicada pelo Edital N^o 51/IX-3^o em que a Assembleia Municipal declara a grave prejudicialidade para o interesse público decorrente do indeferimento da execução da deliberação da Assembleia Municipal de 19 de Dezembro de 2007 e publicitada pelo Edital N^o 20/IX-3^o, através da qual foi deliberado não afectar ao uso da REN as seis parcelas de terreno do domínio público municipal.-----
- As três deliberações aprovadas por unanimidade pela Assembleia Municipal na primeira Reunião da Sessão Plenária referente ao mês de Setembro de 2008, realizada no dia 25 de Setembro de 2000, correspondendo à Acta n^o 13/IX-3^o e publicitadas pelos Editais N^{os} 106, 107 e 108/IX-3^o. Em que a Assembleia Municipal protestou pela continuação da obra de construção da Linha de Muito Alta Tensão em desrespeito pelos Tribunais, a legalidade assim como pela intimação/intimidação da Direcção-Geral de Energia do Ministério da Economia.-----

Dar nota que estas deliberações foram enviadas a cerca de setecentas Instituições, Organizações, Entidades e Cidadãos, com destaque para o Presidente da República; Presidente da Assembleia da República; Primeiro Ministro; Ministro da Economia e Inovação; Presidentes dos Grupos Parlamentares da Assembleia da República e Deputados do Distrito.---
Ainda neste contexto os Presidentes da Câmara Municipal, Assembleia Municipal e Junta de Freguesia de Caparica, da Charneca de Caparica e da Trafaria pediram uma audiência ao Sr. Primeiro Ministro, cujo Chefe de Gabinete nos remeteu para o Sr. Ministro da Economia a que pela quarta ou quinta vez voltámos a escrever e a pedir audiência e que continuamos à espera até hoje.-----

Quanto aos processos judiciais; presentemente temos: - Três Providências Cautelares; - Três Acções Principais; - Uma Queixa-Crime.-----

Primeira Providência Cautelar intentada pela REN para declaração de nulidade das deliberações dos Órgãos Autárquicos. O Tribunal não considerou procedente. Está em desenvolvimento a Acção Principal respectiva.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Segunda Providência Cautelar interposta pela REN para afastar os actos de embargo das obras. O Tribunal não considerou procedente. Seguiu a Acção Principal respectiva.-----

Terceira Providência Cautelar interposta pelo Município de Almada e as três Freguesias de suspensão do licenciamento da obra. Foi rejeitado (Julho 2008) em Primeira Instância. O Município recorreu. Ganhou em Segunda Instância no Tribunal Central Administrativo do Sul, o que levou à suspensão de todos os trabalhos de instalação da Linha de Muito Alta Tensão.-----

Queixa-Crime interposta pelo Município por violação das decisões Municipais e desrespeito pelos Tribunais. Porque fomos, por notificação, intimados pela Direcção-Geral de Energia e Geologia a ceder os terrenos para reinício das obras pela REN utilizando o estipulado, segundo referem, de um Decreto-Lei nº 26.852 de 30 de Julho 1936, quando estava em curso a acção de recurso que se veio a ganhar."-----

6.3 - Entrou-se no ponto 3.2 da agenda como Debate sobre o Plano de Mobilidade, (**Conforme ANEXO XXI**).-----

6.3.1 - Usou da palavra o Sr. Deputado Municipal António Mendonça Mendes, pelos Requerentes.-----

6.3.1.1 - O Sr. Deputado Municipal António Mendonça Mendes:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

O debate que hoje aqui realizamos, por iniciativa do PS, é um debate que reveste a maior importância. Trata-se, como tivemos ocasião de referir no pedido de agendamento, de um debate sobre a implementação do Plano de Mobilidade Acessibilidades 21.-----

Tal como dizia o Senhor Vereador José Gonçalves sobre o Plano de Mobilidade, usando da palavra nesta Assembleia, em 09 de Outubro de 2004, e permita-me que o cite de acordo com o que vem transcrito na respectiva acta: "(...) acho que trazer à Assembleia é sempre bom, mesmo que pudesse não vir cá, eu acho que é bom que os Senhores Deputados acompanhem esta matéria (...)".-----

E permitam-me, Senhoras e Senhores Deputados que possa expressar o nosso entendimento de que não há "fóruns de participação" ou "reuniões técnicas com eleitos", por muito úteis que os seus promotores as possam considerar, que substituam a importância do debate neste Órgão Autárquico, o fórum verdadeiramente representativo da democracia do Poder Local em Almada.-----

Por isso, Senhor Presidente, penso que a iniciativa do PS em debater a implementação e execução do Plano de Mobilidade Acessibilidades 21 prestigia o trabalho da Assembleia e revela da parte da oposição uma postura de seriedade no tratamento das questões do Município.-----

Senhor Presidente,-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Senhoras e Senhores Deputados,-----

O Plano de Mobilidade Acessibilidades 21 gozou de amplo consenso na sua aprovação. Tratava-se, na altura, em Dezembro de 2002, de uma solução inovadora no panorama dos Municípios Portugueses, facto que por si só seria de saudar. Acresce, que a equipa técnica a quem foi adjudicado o trabalho tem um inegável rigor e prestígio, que nos deixa a confiança de que este foi um trabalho bem feito.-----

Importa aqui recordar o que disse a Comissão de Acompanhamento do Plano de Mobilidade no seu parecer final, e passo a citar: "a Comissão entende, porém, chamar a atenção da Câmara para o elevado nível de exigência que implica em termos de acompanhamento, a concretização das medidas do plano bem como a gestão corrente do modelo de deslocações preconizados."-----

E gostaria de começar por aqui, Senhor Vereador José Gonçalves, confesso que ficámos um pouco surpreendidos com a resposta que os serviços por si tutelados deram à questão que colocamos sobre a monitorização do Plano de Mobilidade Acessibilidades 21.-----

De facto, Senhor Vereador, e gostaria que nos pudesse ajudar a perceber a informação prestada na resposta porque parece que não foram construídos indicadores objectivos de avaliação da implementação do Plano, e que a avaliação, segundo a Senhora Directora do Departamento de Rede Viária e Manutenção da Câmara Municipal de Almada, Senhora Engenheira Georgina Doroteia, e passo a citar: "é efectuada semanalmente pela equipa técnica e o eleito com o pelouro da mobilidade através da ponderação das opiniões e sugestões recolhidas junto da população, autarcas, operadores de transportes, forças policiais, etc."-----

Nós temos muito respeito pelo trabalho dos técnicos da Câmara Municipal, e consideramos que o Senhor Vereador José Gonçalves está dentro daqueles eleitos que ao contrário de outros, mas está dentro daqueles eleitos que tem preparação adequada para as funções que actualmente desempenha.-----

Mas há um facto que não podemos deixar de questionar: a monitorização e avaliação da implementação do Plano de Mobilidade Acessibilidades 21 é feita pelo eleito mais meia dúzia de pessoas? Não existe uma grelha de indicadores e de critérios de avaliação objectivos? Se a monitorização é feita com base em análises subjectivas e sem uma base rigorosa? Se depende apenas da avaliação no local do Vereador e técnicos? A recolha de informação ou opiniões é feita de que forma?-----

Senhor Presidente,-----

Senhoras e Senhores Deputados,-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

O Senhor Vereador, muito provavelmente, poderá explicar melhor este modelo de avaliação e monitorização do Plano. Mas não podemos deixar, desde já, de manifestar as maiores reservas a forma como se apresenta este modelo que vem descrito na resposta que os serviços da Câmara deram ao Requerimento do PS.-----

E a questão fundamental não é o modelo de monitorização do Plano, porque este não é um fim em si mesmo. O problema está no que tal representa para a consecução dos objectivos do Plano que, na prática, foi aquilo que de forma consensual faz aproximar maioria e oposição no Plano de Mobilidade.-----

E vale a pena aqui recordar que os objectivos definidos com a concretização do Acessibilidades 21 foram:-----

- A melhoria da qualidade de vida;-----
- a qualificação do espaço público;-----
- a redução de emissão poluentes;-----
- a redução do ruído;-----
- o aumento da segurança rodoviária;-----
- o estímulo à utilização de transportes colectivos;-----
- o estímulo à deslocação não motorizada; e -----
- a integração do Metro Sul do Tejo.-----

E vale a pena aqui hoje analisar se as "dezenas ou centenas" de intervenções do Plano Acessibilidades 21 estão, ou não, a favorecer estes objectivos.-----

Qual é o grau de redução de ruído que se esperava com o plano e em que ponto estamos? Qual era o grau de redução dos GEE que se esperava e qual é aquele que se tem? Que indicadores nos permitem dizer hoje que a segurança rodoviária melhorou?-----

Estas questões são tanto mais relevantes quanto, na prática, determinadas acções parecem, ainda que de forma intuitiva - talvez o mesmo critério utilizado pela Câmara Municipal para verificar estas questões - aos olhos dos cidadãos como contrárias ao cumprimento dos objectivos atrás mencionados.-----

De facto, como pode haver estímulo à utilização de transporte colectivo promovendo-se a intermodalidade, se não existe no Concelho de Almada, à excepção do Largo de Cacilhas, um interface de transporte rodoviário com o MST? Como se pode falar de aumento da segurança rodoviária se, por exemplo, na zona da Ramalha a circulação rodoviária e a circulação do MST não se distingue, numa clara situação de deficiência de sinalização?-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Como se pode falar de qualificação do espaço público e assistimos à degradação, por falta de manutenção, do espaço público das zonas adjacentes ao MST na Freguesia do Laranjeiro e na Avenida de Timor Lorosae, na Freguesia de Caparica?-----

Estas são interrogação legítimas dos cidadãos, que importa aqui hoje obter resposta, sem prejuízo de outras questões que certamente surgirão no debate.-----

Senhor Presidente,-----

Senhoras e Senhores Deputados Municipais,-----

A implementação do Plano de Mobilidade Acessibilidades 21 sofre já hoje um significativo atraso em relação à forma inicialmente considerada. E esta afirmação é importante, não apenas para lembrar que este atraso decorreu dos constrangimentos que a Câmara de Almada impôs ao prosseguimento da obra do MST - fazendo-a atrasar três anos - mas é importante para verificarmos a seguinte realidade:-----

O Plano de Mobilidade assenta num estudo de tráfego datado de 2001 que conclui que entre 1996 e 2001 se assistiu a um aumento gigantesco do tráfego automóvel que entra e sai de Almada e, mais acentuadamente, do tráfego regional que atravessa o Centro Sul as deslocações entre Lisboa e restantes Municípios da Península de Setúbal.-----

Daí que, sendo a variação em apenas seis anos tão significativa, importa saber se, tendo havido um atraso de pelo menos três anos na implementação do Acessibilidades 21, houve ou não uma actualização do estudo de tráfego, para validar o diagnóstico de partida?

Senhor Presidente,-----

Senhoras e Senhores Deputados Municipais,-----

Nesta intervenção inicial, gostaria de trazer ainda mais três preocupações relativamente à implementação do Plano de Mobilidade Acessibilidades 21.-----

Em primeiro lugar, a ausência de uma rede de logística urbana. É voz corrente, junto dos comerciantes, que não foi acautelada uma área fundamental para a sua actividade como um correcto ordenamento do sistema de cargas e descargas. E este assunto é particularmente relevante nas Freguesias da Cova da Piedade e do Laranjeiro, em que muitos comerciantes se viram privados de qualquer ponto para cargas e descargas, ainda que numa perspectiva de utilização partilhada.-----

Em segundo lugar, a circulação no eixo que se inicia na Rua dos Espatários/Rua Capitão Leitão e se prolonga até Cacilhas pela Rua Bernardo Francisco da Costa. Dizia sobre este eixo a Comissão de Acompanhamento do Plano de Mobilidade Acessibilidades 21: "Este eixo tem vindo a sofrer, em toda a sua extensão, de forma mais ou menos acentuada, um processo de desclassificação e de perda de centralidade".-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Penso, Senhor Vereador, que me acompanhará na análise de que a afirmação feita, em 06 de Dezembro de 2002, pela Comissão de Acompanhamento, se mantém actual, tendo as alterações de circulação neste eixo sido alvo de grandes críticas e até de promessas suas de alterações. Mas, o problema essencial de perda de centralidade desta área continua, em nosso entender, a existir, pelo que se impunha uma palavra do Senhor Vereador nesta matéria, que nos permita perceber o processo de implementação do plano de circulação, as suas alterações e as perspectivas para o futuro mais ou menos próximo.-----

E permita-me, Senhor Vereador, que refira o alerta da mesma Comissão de Acompanhamento sobre a necessidade de que neste "eixo permaneçam algumas funções administrativas e comerciais". Ora, eu até posso compreender que, para concretização deste objectivo, a Câmara Municipal não possa, por um lado, obrigar à abertura de comércio ou garantir a existência de lojas âncora (para além do Mercado Municipal, claro está), nem, por outro, assegurar que a Loja do Cidadão venha a ser instalada nesta área (o que nos levaria a outra discussão que não está hoje em causa). Mas, quanto a funções administrativas relevantes na área de influência que estamos a analisar, recorde-me logo dos Paços do Concelho e dos vários serviços municipalizados que existem. E diga-me, então, Senhor Vereador, como compatibiliza a recomendação da Comissão de Acompanhamento de manutenção de funções administrativas relevantes, com a pretensão do Município, que na única função administrativa relevante que depende apenas de si, tem prevista a sua deslocalização no curto prazo?-----

Em terceiro lugar, a preocupação da articulação entre os vários modos de transporte. Conheço o Senhor Vereador o suficiente para saber que partilha de uma visão de sistema de transportes verdadeiramente Intermodal. E a intermodalidade assenta, claro está, nos vários modos de transporte, muito embora se possa assumir um dos modos como estruturante.-----

Concretizando, estamos totalmente de acordo que o MST seja o modo estruturante no Concelho de Almada. A ligação ao modo ferroviário pesado está garantido por via do interface do Pragal. A ligação ao modo fluvial está garantida por via do interface de Cacilhas. Quanto ao transporte rodoviário, a situação é diferente.-----

No que respeita ao transporte individual, é evidente a inexistência de parques de estacionamento dissuasores. E estes parques de estacionamento deveriam existir ao tempo da entrada em funcionamento do MST. Hoje, passado mais de um ano da inauguração do primeiro troço não existe nenhum parque de estacionamento dissuasor. E podemos tentar muitos argumentos, mas há uma verdade indesmentível: é que o estacionamento é uma



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

competência do Município e não da Administração Central, tal como definido na alínea u), do nº 1, do artigo 64º, da Lei das Autarquias Locais.-----

Ora, a ausência de estacionamento dissuasor não potencia a transferência modal de transporte individual para transporte colectivo, e esta ausência de estacionamento é uma preocupação que nós aqui trazemos.-----

Mas, mais preocupante, é a questão do transporte colectivo rodoviário. E aqui, na esteira do defendido pela União Europeia como avançado para uma política de transportes urbanos, é preciso recorreremos ao conceito de "comodalidade" que encerra em si ideia de utilização eficiente dos diversos modos de transporte.-----

E tanto ao nível da comodalidade como da intermodalidade, em matéria de transporte colectivo rodoviário, não poderíamos estar mais preocupados com a situação.-----

No que se refere à intermodalidade, não existe, qualquer interface de transporte colectivo rodoviário com o MST, à excepção do Largo de Cacilhas.-----

Já no que se refere à comodalidade, não nos parece que as ligações directas das populações da Costa de Caparica, Sobreda, Charneca, ou Trafaria a Cacilhas se deixe de fazer por transporte colectivo rodoviário, obrigando os passageiros a um transbordo. É, em nosso entender, uma má solução de mobilidade, que prejudica a eficiência do uso do sistema de transportes.-----

Mais: a ausência de corredores BUS, de que todo o eixo do Laranjeiro até Cacilhas (e vice versa) é exemplo lapidar, penaliza as deslocações dos passageiros e não favorece uma mobilidade sustentável.-----

Senhor Presidente,-----

Senhoras e Senhores Deputados Municipais,-----

Uma nota final. Não basta dizer que Almada foi o primeiro Concelho a ter um Plano de Mobilidade. Porque se a verdade é que somos o primeiro Concelho a ter um Plano de Mobilidade, não é menos verdade que o Concelho não tem um Plano de Mobilidade.-----

Na verdade, o Plano de Mobilidade Acessibilidades 21 centra-se na área de influência do MST e, em particular, no centro de Almada.-----

Também no Plano de Mobilidade, e infelizmente, está presente um tratamento diferenciado das Freguesias do eixo central do Concelho, em detrimento das outras.-----

O Concelho, no seu conjunto, precisa de um Plano de Mobilidade devidamente integrado e coordenado. Para que não haja populações condenadas a um "recolher obrigatório forçado", como no lugar de Pêra em que não existem transportes públicos e, já ficou claro, que por iniciativa desta Câmara Municipal não haverá. Para que as acessibilidades rodoviárias nas



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Freguesias de Charneca de Caparica e Sobreda sejam devidamente qualificadas. Para que todas as Freguesias tenham direito à qualificação do espaço público, e não apenas as Freguesias do Centro de Almada.-----

Em suma, precisamos de ver mais longe, e ter um Plano de Mobilidade para todo o Concelho, só assim podendo garantir uma verdadeira coesão territorial."-----

6.3.2 - No debate usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais Nuno Matias; Luísa Ramos e Bruno Dias e o Sr. Vereador José Gonçalves.-----

6.3.2.1 - O Sr. Vereador José Gonçalves:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Antes de tentar contribuir para o conhecimento do Sr. Deputado Mendonça Mendes sobre este projecto estruturante e seja acrescido a esse conhecimento e sempre com a disponibilidade que temos demonstrado ao longo de anos que queria realçar de informar os cidadãos de Almada relativamente a este projecto que consideramos inovador, estruturante e de resultados confirmados no Concelho. Queria chamar a atenção não só para os momentos de partilha colectiva que temos feito em todos os Fóruns do Metro, etc. assunto também tem sido debatido e fizemos trinta Fóruns de Participação nestes anos, publicámos desde 2003 em todos os Boletins Municipais, todos sem excepção, informação relevante sobre a aplicação do Plano de Mobilidade. Não sei se o Sr. Deputado teve condição de reler toda essa informação, serão muitas centenas de páginas relativamente a este projecto, mas também temos feito inúmeras reuniões de trabalho, por exemplo com eleitos das Juntas de Freguesia, das Assembleias de Freguesia e muitos outros momentos de partilha que queria realçar. Também todo o trabalho feito desde 2004 com a Comissão Municipal de Trânsito e Transportes, que como todos sabemos é um órgão com a presença de todos os operadores de transportes do nosso Concelho: Transtejo, Fertagus, TST, Carris, com as Forças de Segurança Pública: GNR e PSP, com as três Corporações de Bombeiros, com os Taxistas, com todo um conjunto de entidades que nos têm ajudado também a implementar este Plano e a perceber-lo na sua dimensão que é muita. Portanto eu queria dizer que tenho sido convidado até por Câmaras Municipais do PS para ir também ajudá-los a resolver os problemas dando a conhecer o nosso projecto. E tenho tido essa disponibilidade e ainda hoje recebi mais um Convite, não sei se vou conseguir responder, porque priorizo o trabalho de Almada, mas temos toda a disponibilidade porque este é um projecto inovador, porque tem resultados no terreno e temos toda a disponibilidade para contribuir para que a mobilidade regional seja melhor e os problemas se resolvam usando a experiência de Almada e o caminho já efectuado.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Sobre o conceito multimodal não há muito mais a dizer. É um Plano de Mobilidade e que tendo a priorização da chegada do Metro abordou todos os modos de transporte. E abordou-os desde logo fazendo um diagnóstico exaustivo da situação que consta em documentos que foram a decisão do Município e que resulta num trabalho rua a rua com contagens de tráfego, com avaliação do perfil das ruas, com avaliação dos problemas cruzamento a cruzamento, com avaliação das situações que nos são impostas por ausência de decisões Regionais e Nacionais. E eu queria, desde já, elencar que muitos dos problemas que nós temos no nosso território, não resultam nem de decisões passíveis de serem tomadas pelo Município, nem de responsabilidade de decisões tomadas pelo Município. Basta ler os documentos para verificar por exemplo os mais de trinta mil veículos que circulam em hora de ponta no Centro Sul só o fazem porque os nossos Governos durante estes anos todos não tomaram a decisão, é ainda hoje não se compreende porque razão não o fizeram no imediato, mas não tomaram a decisão de abrir um Nó entre Corroios e o Fogueteiro. Bastava abrir um Nó de Acesso à A2 e milhares, mais de trinta mil veículos deixariam de dificultar a circulação de quem quer entrar na Cidade de Almada diariamente e de quem quer sair na circulação local, quando a única coisa que pretendem é chegar à Ponte 25 de Abril. Bastava uma decisão simples e todos temos feito um esforço para alertar as entidades que têm competência para isso mas não foi possível até hoje. Mas queria também dizer que a Mobilidade também depende de políticas Nacionais e de políticas Regionais. E este Concelho não é uma ilha, embora esteja no topo de uma Península e fruto disso também sofre por o desincentivo ter sido feito ao longo de anos relativamente ao transporte público. Há um decréscimo de uso do transporte público e isso é evidente no diagnóstico que foi feito desde logo no Plano de Mobilidade, cada ano que passa há menos pessoas a usar os transportes públicos e isso resulta de o facto de não termos uma política Nacional de incentivo ao transporte público, o facto de não termos uma autoridade que imponha aos operadores de transportes a orientação relativamente a exploração desses modos de transporte, por exemplo, garantindo ao cidadão que passe de um modo de transporte para o outro, com o cumprimento de horários, garantindo ao cidadão que o faz a custos que permita ser efectivamente uma forma de oferta aceitável de acordo com os nossos padrões de vida, e o que tem havido é um desincentivo ao transporte colectivo. E fruto disso perdemos utilizadores dos barcos, temos perdido utilizadores rodoviários e não se encontra solução, mesmo este Governo que está lá com maioria absoluta há três anos, ainda não foi capaz de pôr em prática a Autoridade Metropolitana de Transporte, ainda não fez do meu ponto de vista nada de significativo relativamente a esta matéria. Falta-nos um Plano de Mobilidade Regional, falta assumir nesse Plano de Mobilidade



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Regional os Planos de Mobilidade de cada um dos Concelhos porque estas coisas de facto não são ilhas, estas coisas precisam de decisões mais abrangentes e isso não tem acontecido. O Município tem feito a sua parte. E eu penso que o percurso que temos feito é um percurso interessantíssimo, não só porque chamamos ao trabalho no dia-a-dia todos os operadores de transporte, todas as entidades com importância nesta matéria, mas porque temos resultados que podem ser palpáveis, são visíveis relativamente ao nosso território. E como disse, muitos outros Concelhos vêm cá pedir-nos para perceber como é que tem sido a nossa experiência. Bom, tentando ajudar para esclarecer.-----

Monitorização, há dois objectivos. Nós temos estado na fase da implementação, não estamos na fase da exploração do Plano de Mobilidade. Inaugurámos há poucas semanas o Metro Sul do Tejo, ora como o Sr. Deputado reconhece o Metro Sul do Tejo é um modo de transporte estruturante do nosso conceito de mobilidade, e sendo um modo de transporte estruturante, e se não estava a primeira fase em exploração, como é que se pode fazer uma avaliação do conceito que é multimodal quando o elemento central não estava em exploração?-----

E portanto, nós temos estado, e isso Sr. Deputado não percebeu, na fase da implementação do Plano de Mobilidade. Estamos a concluir e não estamos atrasados, porque esta fase era 2005-2007 e não estamos atrasados, estamos a cumprir. E queria-lhe dizer que a maior relevância deste nosso Plano ao contrário de muitos Planos que se fazem por vezes noutras sedes, é que este Plano tem noventa e cinco por cento de implementação à data. Noventa e cinco por cento. Eu acho que isto é um resultado extraordinário, é um resultado que demonstra com todas as dificuldades de levar à prática como nós sabemos, contratações de empreitadas, solicitação de procedimentos relativamente a todas as áreas de abrangência da nossa intervenção municipal, é um trabalho extraordinário feito nestes anos e que resulta porque demos um especial acompanhamento municipal a este nosso projecto. E portanto, a primeira questão, monitorização, o Sr. Deputado não percebeu que há uma fase de implementação e nessa fase de implementação o que se avaliam são as acções. Cada uma das acções, e não a avaliação global do projecto, esse far-se-á e certamente o Município dará a conhecer aos cidadãos de Almada os resultados de toda a intervenção de muitos anos de trabalho do Município relativamente à implementação da primeira fase. E isso é preciso conhecer, é preciso perceber para se poder dar opinião relativamente a estas questões. A fase de exploração estamos a iniciá-la. Estivemos numa fase em que vivemos dois anos com essa obra dentro da Cidade, e é fruto também do trabalho de implementação de dezenas ou centenas de acções que foi possível embora com constrangimentos no Centro da Cidade, naturalmente uma obra de grande dimensão talvez a maior obra, jamais realizada na nossa



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Cidade, treze quilómetros de intervenção, frente de trabalho com todo o subsolo revoltado, todas as infra-estruturas a serem modificadas e substituídas e mesmo assim a Cidade com constrangimentos, com dificuldades, com naturalmente incómodos para os utentes, para quem vive e trabalha na Cidade, mesmo assim foi possível manter a Cidade viva, manter as actividades em funcionamento e isso resultou já muito da intervenção que fomos criando ao longo dos anos com a implementação do Plano de Mobilidade. Mas é cedo para avaliar a sua exploração. Vamos dar tempo ao tempo e certamente verificaremos que os resultados cumprem os objectivos que o Plano elencou. Na avaliação das acções, naturalmente que a avaliação não é fruto apenas da percepção, a avaliação é feita por uso de instrumentos objectivos nas acções. Nós fizemos muitas contagens de tráfego rua a rua, quando precisávamos de actualizar essas contagens para implementar determinada acção. E portanto não está na resposta que os serviços deram ao Requerimento que toda a avaliação, toda a ponderação resultou de avaliações subjectivas, não é isso, é relativamente a muitas das acções e nós temos esses dados, e queria-lhe dizer que fizemos de 2003 a 2008 mais de trezentas reuniões de trabalho, que resultam dessa informação que o Sr. Deputado tem aí, de pelo menos uma reunião semanal com a presença do Vereador, com a presença de técnicos e nessas trezentas reuniões estiveram em mais de cento e sessenta reuniões os técnicos que elaboraram o projecto. Os técnicos da Trasitec em confronto com os técnicos da Câmara Municipal e em muitas delas com a presença do eleito. E fizemos como já também tive oportunidade de afirmar inúmeras reuniões de avaliação sobre acções concretas até com os eleitos nas Assembleias de Freguesia, levámos até aí a discussão, levámos até aí a ponderação de acções concretas, porque resultaram da ponderação técnica, mas quisemos acrescentar uma ponderação política, uma ponderação do cidadão, uma ponderação de outras entidades. E é a diferença também na implementação do nosso Plano relativamente a muitos outros Planos e muitas outras práticas.-----

Cargas e descargas?-----

Sr. Deputado, o Senhor sabe que nós temos neste momento nove Regulamentos Específicos em gestão na nossa Cidade, e sabe com certeza que estão a ser geridos com também a integração de áreas específicas para as cargas e descargas. Agora, é evidente que não está tudo resolvido, mas há um caminho que está a ser feito e esse caminho passa também por um envolvimento dos principais utilizadores deste espaço, que são os comerciantes. Porque eu que reúno muitas vezes com os comerciantes, sei que o pior uso que é dado a este espaço é dado por eles próprios, porque alguns deles usam de forma abusiva no tempo pelo menos, tirando o direito a outros que precisam de usar o mesmo espaço, e portanto há aqui



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

um caminho de envolvimento dos próprios comerciantes de uma determinada rua na gestão, na organização do espaço que lhe está reservado. E temos dito isso e afirmado sempre que não está em causa continuar a acrescentar espaço para cargas e descargas, se for necessário nós acrescentamos, isso não está em causa, nós não temos qualquer política de limitação de uso para esse fim. Agora tem que ser regrado, cumprir horários e têm também que evoluir do ponto de vista da forma como se faz o abastecimento à Cidade, e isso leva o seu tempo, porque é preciso evoluir relativamente às empresas de distribuição, não se devem vir com TIR's para o Centro da Cidade, não se deve vir com formas de abastecimento que não são adequadas. Uma cidade com a dimensão e as particularidades da nossa Cidade, e portanto há aqui um trabalho que não se resolve de um dia para o outro, mas que tem esta abrangência e tem este percurso já efectuado e eu penso quer o Laranjeiro, quer a Cova da Piedade, só poderão melhorar com a implementação de novos regulamentos que abarque ainda mais áreas, mas isso levará naturalmente o seu tempo. O Laranjeiro não tem nenhum Regulamento Específico em funcionamento e a Cova da Piedade não tem toda a sua Freguesia ainda em gestão de estacionamento.-----

Relativamente à questão que coloca da centralidade da Capitão Leitão, eu queria também informar que há um conceito e há um Plano de Circulação. E esse Plano de Circulação tem um pressuposto que é, as ruas não são todas iguais, as ruas não têm todas a mesma função, e isso é um dos dados mais importantes também do nosso Plano de Mobilidade. Foi a ponderação onde é que queremos, onde é que a Cidade permite, a estrutura de cada uma das vias permite, que haja um volume de tráfego, que haja uma determinada função. E nessa ponderação esteve por exemplo a necessidade de potenciar as vias comerciais dando-lhes um uso qualificado, dando-lhes um uso adequado à função principal que é a de levar as pessoas a entrar e a sair desses espaços comerciais e desse ponto de visto o Plano de Mobilidade criou vias de hierarquia superior e porque têm dimensão, porque têm uma função adequada relativamente aos usos que lá estão, e criou vias que pretende pelas suas especificidades dar outro conceito. E há áreas onde claramente é desejável dar outro conceito. E há áreas onde claramente é desejável que o número de veículos de atravessamento, veículos que não precisam de ir lá, pessoas que não precisam passar naquela rua porque não vão lá fazer nada, apenas pretendem ir de um ponto que não é aquele para outro ponto, que essas ruas sejam privilegiadas para o uso das pessoas. E que essas ruas reduzam o tráfego de atravessamento e claramente o eixo que referiu, é um eixo onde desejamos que o comércio que lá está instalado e que é um comércio com tradição, que é um comércio com um grande potencial beneficie desse novo conceito que deverá ser dado



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

à Rua dos Espatários, à Rua Capitão Leitão, à Rua Heliodoro Salgado, à Rua da Incrível, à Rua Bernardo Francisco da Costa. É esse o objectivo, é esse o conceito do Plano de Mobilidade e nós aderimos por completo a esse conceito que interliga também com a Rua António Feio e com a Rua Cândido dos Reis criando também na envolvente do Mercado, na Rua de Olivença, na interligação com a zona pedonal do Centro de Cidade um grande espaço de uso desde logo privilegiado pelos cidadãos sem pôr em causa naturalmente o padrão de mobilidade que queremos assegurar. Portanto, o que queria dizer é que em todas as nossas acções e são centenas, tivemos sempre a preocupação de ponderá-las ainda, ponderar essas acções ainda em projecto, ponderá-las quando formos para o terreno e como tenho afirmado publicamente não vamos logo com a solução definitiva e muitas das vezes somos criticados por isso, que é pôr PMP's, pôr materiais em plástico para ver se a solução que os técnicos conceberam, que foi ponderada com esta abrangência que referi na Comissão Municipal de Trânsito foi ponderada com a Polícia, foi ponderada com os Bombeiros, foi ponderada com os Autarcas, foi ponderada com a população, se ela efectivamente na prática corresponde. E porquê? Porque temos esta preocupação? Porque há aqui factores que não são técnicos, há aqui factores que resultam da forma como os cidadãos usam o espaço, e há aqui factores que são humanos, há aqui coisas que nós por mais que estejamos fechados a estudar o projecto, a acção em concreto, por mais que estejamos fechados nos gabinetes a estudar isto, não conseguimos abordar todas as possíveis formas de uso deste espaço, e portanto nós precisamos ver como é que as pessoas se comportam relativamente à solução e precisamos dar tempo às pessoas para se adaptarem à situação, porque nós somos mecânicos na forma como circulamos nas Cidades, nós quase não olhamos para os sinais de trânsito, nós interiorizamos os percursos na nossa cabeça e fazemo-lo de forma mecânica e portanto quando alteramos qualquer coisa seja uma rotunda, seja um sentido de trânsito, seja o colocar uma via que é diferente da via que estava anteriormente, qualquer coisa, precisamos dar tempo às pessoas para se adaptarem, precisamos de ver como é que as pessoas no real se comportam e temos tido essa abertura. Temos tido isso desde o primeiro momento, temos feito isso em centenas de acções e não temos problemas em voltar lá e adaptar a solução. E quando já tivermos a consciência de que aquela solução é a solução viável, então implementamo-la de forma definitiva, e é isso que temos feito e é isso que estamos a fazer também neste eixo. Nós na semana passada adaptámos a circulação da Bernardo Francisco da Costa, hoje adaptámos a solução da Capitão Leitão, a semana passada adaptámos a solução da Gomes Seabra com a D. Nuno Álvares Pereira e vamos adaptar as vezes que foram necessárias, ponderando, gastando muito do nosso tempo, mas mesmo muito do



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

nosso tempo, procurando soluções que garantam o cumprimento dos princípios que temos relativamente ao Plano de Mobilidade e que garantam a condição do cidadão se poder adaptar a essas soluções. É essa a nossa preocupação, que do ponto de vista técnico quer do ponto de vista político, e Sr. Deputado pode ter consciência que não deixaremos de acompanhar cada uma das nossas intervenções de forma preocupada e permanente.-----

Parques de Estacionamento Dissuasores, eu pensava que a bancada do PS pudesse usar qualquer outro Deputado Municipal para colocar isto, mas estava longe de admitir que o Sr. Deputado António Mendonça Mendes sentisse o á vontade de trazer o assunto a debate. E é estranho, mesmo que as questões que abordei há pouco das Políticas Nacionais, ou melhor da ausência de Políticas Nacionais sobre a Mobilidade, também é um pouco estranho, mas eu enfim reservei-me apenas para abordar de forma um bocadinho geral, mas quem conhece como o Sr. Deputado Municipal foi nas funções que desempenhou, estas questões, quer ausência de Política de Mobilidade Nacional e Regional, conhece isso não é? As insuficiências que os nossos Governos têm tido relativamente à implementação de medidas sobre isso. O Sr. Deputado reconhece isso e certamente saberá até as razões de não se ter ido mais longe, eu não sei, só sei que não se foi mais longe, só sei que não se abriu o Nó da A2 porque alguém acha que aquilo é uma Auto-estrada e tem que continuar a ser uma Auto-estrada até ao Fogueteiro, quando é claramente uma via urbana. Hoje já é uma via urbana, até tecnicamente se demonstra isso com a maior das facilidades. Mas os Governos e as Secretarias de Estado da área, os Ministérios da área não têm tido condições para resolver. E o Sr. Deputado sabe de todo o dossier dos Parques Dissuasores, nós defendemos quer do ponto de vista do Plano de Mobilidade, quer do ponto de vista político, defendemos que o MST deve estar integrado com os outros modos de transporte, desde logo transporte colectivo, mas também transporte individual e que deve ao longo do traçado do Metro Sul do Tejo existir interfaces que é outra coisa que o Sr. Deputado trouxe aqui, que eu estava longe de pensar que o Sr. colocaria isso, porque o que toda a gente me diz, e técnicos da área dizem, é que Portugal não tem uma política de gestão de interfaces e que fazia falta e mesmo quando se constrói alguns interfaces não se sabe quem é que manda neles, não se sabe quem é que os gere e portanto lá os Barcos, a Transtejo por ventura tomará conta de um bocadinho, os TST se lá estão os Autocarros tomará conta de outro bocadinho e os Taxistas tomarão conta de um bocadinho ainda mais pequenino e portanto ninguém gere aquilo, não há uma entidade para gerir interfaces e onde é que está a Política Nacional de criação de Interfaces Sr. Deputado? Onde está a Política de criação da Intermodalidade, onde é que está? Não está, não existe. Então o Sr. vem-me falar de Parques de Estacionamento



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Dissuasores quando sabe que nós defendemos isso desde o primeiro momento, que nós Câmara Municipal adquirimos terrenos para dar ao Estado no processo de implementação do Metro Sul do Tejo, fizemos um esforço de anos, de anos, com tomadas de decisões na Assembleia Municipal, nos Órgãos Autárquicos com a ida aos nossos governantes regularmente, com reuniões de trabalho com a Equipa de Missão do MST, um esforço para a criação de Parques Dissuasores associados ao Metro porque nós consideramos isso da maior relevância, porque se estiver criado um Parque Dissuasor em Corroios naturalmente muita gente deixará lá o carro e apanhará o Comboio para Lisboa ou o Metro para Cacilhas ou para a Universidade. Se estiverem criados Parques Dissuasores no Laranjeiro muita gente fará o mesmo, mesmo pessoas da Sobreda, da Charneca irão do Laranjeiro e deixarão lá o carro. Se estiver criado um grande Parque de Estacionamento no Centro Sul farão a mesma coisa, na Universidade, em Cacilhas. Então nós que defendemos isto e que lutamos por isto no dia a dia somos acusados de não ter Parques Dissuasores? Nós que em 30 de Junho deste ano vimo-nos obrigados aqui em Assembleia Municipal a denunciar o contrato que tínhamos com o Estado Português e a Concessionária do Metro, porque não havia solução, se arrastavam os problemas de há anos para a implementação de Parques Dissuasores, não obstante a Câmara Municipal ter essa intervenção permanente, ter toda a disponibilidade. Eu posso-lhe dar imensos dados relativamente a isso, de intervenção nossa e mesmo assim tivemos que denunciar isso e tivemos nós Câmara Municipal que avançar com Parques de Estacionamento que façam essa função, que exerçam essa função dissuasora e que simultaneamente estejam integrados na Política de Gestão do Estacionamento da nossa Cidade, do nosso Concelho. E isso é uma pena que não tenha sido construído com o Metro Sul do Tejo, que o Estado Português não tenha conseguido pôr isso na construção do MST. Porque o que é que permitiria? Permitiria que quem deixasse lá o carro pudesse ter vantagens no uso do Metro, desde logo na bilhética. A bilhética poderia estar integrada e isso naturalmente colocaria milhares e milhares de pessoas a usar o MST, nós estamos com elevadas expectativas sobre o uso do MST, os dados que tenho é que há vinte mil pessoas a usarem diariamente hoje o MST. Mas poderiam existir já muitas mais, poderiam ser trinta mil ou quarenta mil, se tivesse onde deixar o carro, e não é verdade que este processo não tenha estado associado ao Metro, estive com a obrigação de existirem negociações para a concretização dos parques, portanto não aceitamos a crítica que tentou colocar relativamente a este processo. Transporte Rodoviário, Corredores Bus, há muitos na nossa Cidade, onde é possível implementá-los. Ainda há poucas semanas acrescentámos corredores de Bus na Rua Direita. Agora é evidente que há ruas que não podemos implementar, mas nós temos



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

essa política isso está consubstanciado no nosso Plano de Mobilidade, onde for possível nós queremos dar prioridade ao transporte colectivo rodoviário e portanto acho que essa crítica resultará porque ouvi na imprensa, porque vi na imprensa algum trabalho que o Partido Socialista está a fazer tentando que o ajudem a fazer um Programa Eleitoral e foi ouvir algumas pessoas, vem na imprensa, bom mas se calhar não pode ser só ouvir os outros, tem que estudar também, tem que conhecer a Cidade, se calhar tem que ir ao terreno também, não pode só estar aberto a essa informação, é preciso descer um bocadinho à terra e se descer à terra verificará que há muitas respostas já construídas relativamente a isto.-----

O Plano de Mobilidade não é do Concelho diz o Sr. Deputado, esta primeira fase, todos percebemos que a prioridade tinha que ser a zona de influência do Metro Sul do Tejo. Porque este modo de transporte nós quisemo-lo à superfície, houve quem quisesse enterrado, houve quem quisesse ir para baixo e houve também quem dissesse e lutasse muito dizendo que isto ia ser o caos, que as pessoas não iam poder passar de um lado da rua para o outro, que Almada ia ficar cortada, que essas coisas todas. Nós sabíamos que não seria assim, mas também sabíamos que a introdução do Metro Sul do Tejo no nosso tecido urbano implicava necessariamente que fosse pensado a forma de circulação e desse ponto de vista, nós sabíamos que não podíamos estar a construir, desde logo a construir o Metro, porque esta obra naturalmente obrigou a um grande exercício para garantir padrões mínimos como referi, de circulação. Eu acho que esse é um resultado que as pessoas reconhecerão todas. Conseguimos fazer esta obra mas também pôr o MST a funcionar sem alterar o que tínhamos relativamente à circulação e se o Sr. Deputado leu os documentos, a deliberação dos Órgãos Municipais terá verificado que como referiu o crescimento automóvel é acentuado de ano para ano fruto, penso eu, destas Políticas Nacionais de desincentivo do transporte colectivo. O crescimento automóvel é acentuado e nós tínhamos na altura de início do Plano de Mobilidade muitos cruzamentos saturados. Como é que nós poderíamos admitir a construção do MST se não tivéssemos a implementação do Plano de Mobilidade? E como é que o MST poderia estar em exploração se não tivéssemos implementado o Plano de Mobilidade? E portanto a prioridade naturalmente foi para aqui. Mas não deixamos de intervir em áreas onde consideramos que era importante para que houvesse alternativas também de circulação. Nós fizemos a Rotunda da Estrada 10/1 para Vale Figueira, fomos lá fazê-la e tentamos ganhar a MTS para do nosso ponto de vista era obrigação deles fazer essa Rotunda, porque quando começaram a construir o Metro Corroios/Laranjeiro eles deviam ter criado condições para que a 10/1 fosse uma alternativa. Lutámos muito para que isso fosse concretizado e não conseguimos, foi lá o Município fazê-la. Tivemos que ir fazer também uma outra ligação na



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Variante à Estrada 10 junto à Zona Industrial, tivemos que resolver os problemas que do nosso ponto de vista resultavam dos desvios de trânsito em fase de obra, mas não tivemos da parte das entidades resposta nalguns desses casos. A prioridade teve que ser naturalmente esta fase, mas se leu já o Plano de Actividades e Orçamento da nossa Câmara Municipal saberá que consta lá uma medida relativamente ao futuro, e consta lá um trabalho que vai ser exercido e que não vale a pena ter essas dores relativamente às outras Freguesias, porque nós pensamos em todos, pensamos em todas as Freguesias e está a chegar o momento de alargar muito o nosso trabalho ao restante território do nosso Concelho. E por exemplo o nosso Regulamento de Urbanismo do Município de Almada consagra muitas destas nossas medidas já em tudo o que for urbanizações novas, para nós não estarmos depois a ir lá desmanchar, para não estarmos depois a ir lá alterar. Estão criados instrumentos para que o padrão de mobilidade que queremos para o Centro da Cidade seja alargado a todo o nosso Concelho. É esse o nosso trabalho, não se faz de um dia para o outro, far-se-á certamente com muita da nossa intervenção e estamos disponíveis para o fazer."-----

6.3.2.2 - O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
Todos nós sabemos que as Cidades não são realidades estáticas, sabemos que elas evoluem, crescem, têm que se adaptar às realidades e aos desafios com que constantemente vão sendo confrontadas, e Almada não é excepção e fruto do seu crescimento teve que em dada altura procurar encontrar algumas respostas e adaptar-se a esta realidade.-----
Em 2002 a Autarquia entendeu e bem lançar um Plano de Mobilidade e Acessibilidades, contactou e contratou técnicos que à partida estariam mandatados e acreditados para desempenhar a função da forma mais correcta possível, os objectivos tinham a questão da melhoria da qualidade de vida, da qualificação do espaço público, da redução da emissão de poluentes, a redução de ruído, o aumento da Segurança Rodoviária, o estímulo da utilização de transportes colectivos e sobretudo a vivência da Cidade enquanto tal era partilhada por todos, não só os eleitos como certamente todos os Almadenses. Aquilo que era o caminho e os objectivos ao nível da concretização de conceitos e Planos de Circulação Multimodal ao nível do Plano de estacionamento, ao nível da estratégia de regulação controle e Gestão de fluxos de circulação nos transportes individuais bem como os colectivos e modos suaves, parece-nos também que era fundamental para dar resposta a estes novos desafios. Até aqui tudo muito bem. Aquilo que nós sabemos é que desde 2002 a 2008 Almada como é óbvio continuou a mudar, continuou a viver, continuou a crescer e necessariamente continuou a ter problemas para os quais era fundamental não só o Plano de Mobilidades, mas o dia-a-dia da



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

actuação e da intervenção camarária pudesse ir encontrando as adequadas soluções. E aquilo que é verdade é que se não pomos em causa o diagnóstico, se não pomos em causa aquilo que foi a preocupação de radiografar e monitorizar o funcionamento da Cidade como um todo e parcelarmente em determinadas áreas, aquilo que também é verdade é que a intervenção não só do MST que foi aquela que motivou em especial a intervenção principal do Plano de Acessibilidades 21, encontrou e criou uma série de novos problemas e de novos constrangimentos que a vivência de Almada hoje em dia dizem que nem sempre corresponderam às adequadas soluções e sim criaram um sem número de novos problemas. E nesta altura em que efectivamente passamos à fase de execução e do funcionamento de um Plano como um todo a partir do momento que temos a primeira fase do MST em funcionamento é tempo em nosso entender de rapidamente serem criadas uma série de alterações, revisões e reconhecer-se uma série de erros que foram cometidos. E por isso, e porque eu acho que mais do que as palavra era fundamental termos em atenção a realidade concreta. Eu não quis deixar de ir buscar alguns exemplos objectivos daquilo que é a nossa vivência enquanto Almadenses e enquanto pessoas que circulam na Cidade, vivem Almada e sentem como qualquer cidadão comum o dia-a-dia da sua vivência e sentem os constrangimentos criados. E trago aqui esses mesmos exemplos para de forma concreta apresentar aquilo que são sentimentos e o sentir de muitos Almadenses e que espero que seja não só hoje em dia reconhecido, mas que seja rapidamente corrigido. E o primeiro é aquele que já começa a ser clássico e sentido e muitas vezes transmitido aos eleitos pelos cidadãos que é a entrada da Cidade de Almada, aquilo que deveria ser um local de excelência, um local no mínimo digno, nobre que fosse um belo cartão de visita da Cidade, é-nos confrontado hoje em dia com soluções no mínimo caricatas para não dizer excêntricas, ao nível da circulação sobretudo ao nível de transporte individual, porque se é certo que todos queremos promover a qualidade ambiental e o uso de transportes colectivos, não podemos proibir como é óbvio que qualquer cidadão que o entenda possa usar o seu transporte individual e aquilo que se passa hoje em dia na Av.^a Bento Gonçalves eu diria que é quase um novo capítulo das lendas de Narnia, que eu baptizei de o passeio, os cruzamentos e o slalom, porque aquilo que se passa hoje em dia é um pouco isto, aquilo que era a entrada nobre da Cidade, o acesso de muitos Almadenses ao seu posto de trabalho, o acesso de muitas pessoas que visitam Almada, ao nosso espaço hoje em dia faz num verdadeiro slalom perigoso para o transporte individual, mas perigoso para quem quer sair de Almada e necessariamente não consegue fazê-lo com qualidade. E se os técnicos ou os políticos, entendem que o dia-a-dia da Cidade se pode fazer com este tipo de condições, eu diria que



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

estamos todos um pouco equivocados porque não conseguimos perceber o sentir das pessoas que passam nestas artérias diariamente. E portanto, este é o primeiro exemplo que eu deixaria e que eu acho que era fundamental, mais do que tecer comentários laterais, enfrentar o problema de forma séria porque é um problema que não é vivido pela política, é vivido pelas pessoas. O segundo exemplo, se me permite, tem a ver com a solução da Av.^a 25 de Abril, aquilo que todos nós entendemos é que a Cidade se vive como é óbvio pelas pessoas, mas eu não sei se vale a pena andarmos e não sei se foi medido também o tráfego de peões, termos verdadeiras Auto-estradas para peões na Av.^a 25 de Abril, quando necessariamente isto permitiria com este espaço potenciar a circulação automóvel, o acesso ao comércio local e com isso melhorar a qualidade de vida dos transeuntes e do dia-a-dia dos Almadenses. Um terceiro exemplo, falava-se aqui das Acessibilidades 21 e do facto de haver a preocupação da Autarquia ir monitorizando, ir desenvolvendo alguns projectos-piloto e experimentais e ir corrigindo ao longo de todo este processo. Temos aqui um exemplo caricato para não dizer no mínimo lamentável, que foi uma intervenção que começou há cerca de três meses na Rua Garcia de Orta, tornando-a uma rua ao fim e ao cabo sem saída, onde supostamente seria para facultar o acesso a residentes, a espaços comerciais e a cargas e descargas e onde a Câmara entendeu criar uma solução provisória é certo, derrubando parte de uma intervenção que já lá estava de apoio a acesso para residentes e onde colocou alguns mecanismos de separação provisórios mas que de provisórios passaram certamente quase a definitivos, porque ao fim de três meses mais nenhuma intervenção foi feita e aquilo que continua a existir é numa área onde como já aqui foi falado deveria haver regulação de estacionamento, existe estacionamento descontrolado, desregado e sem qualquer tipo de fiscalização por parte da ECALMA. Aliás até alguns carros do Município já não se importam também de estacionar lá porque parece que já que não há nem Lei nem Roque porque não aproveitar. Mas o último exemplo que diria que é ainda mais caricato. É porque todos nós já tivemos oportunidade de ir acompanhando os elogios feitos aos técnicos, a forma como houve a preocupação de analisar muito bem aquilo que são modelos feitos por essa Europa. Pois é, eu diria que já não é numa questão técnica, mas numa questão de bom senso digam-me lá se faz sentido termos esta intervenção e esta solução que foi encontrada pelos técnicos no Largo Gabriel Pedro, aquilo que era um objectivo da Autarquia que era tornar o Centro da Cidade uma zona pedonal de acesso e vivência do comércio tradicional. Bom, nós tínhamos lá antes disto tudo, por opção camarária, que eu não quero criticar, um Parque de Estacionamento subterrâneo que não é assim tão pequeno quanto isso e que com esta solução encontrada pelos técnicos de repente passou a ter um acesso no mínimo excêntrico,



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

porque hoje em dia não se consegue entrar ou sair deste Parque de Estacionamento sem como é óbvio fazer manobras, e quem conhece isto é no mínimo ridículo, como é que um técnico teve a coragem de propor isto? E como é que um Político ao ver esta proposta teve a coragem de a aprovar. E por isso isto são apenas quatro exemplos, para não trazer aqui mais, porque certamente teríamos aqui bastante tempo de debate, de como este Plano de Acessibilidades 21 ao fim de alguns anos de estudo, ao fim de alguns anos de radiografia, de diagnóstico, neste momento onde começa a funcionar fruto do Metro estar em plenitude de funcionamento, como é que é possível nesta altura ainda não haver a assunção de responsabilidades e estão neste momento já em prática algumas medidas correctivas, porque há aqui coisas que não têm a ver apenas com o funcionamento, actualmente com o Metro, tem a ver com questões puramente de opção política e puramente de opção de reconhecimento daquilo que foram propostas feitas, mas que numa óptica, eu já não digo técnica, mas sobretudo de bom senso, teriam que ter sido repensadas atempadamente. E estes são apenas alguns exemplos daquilo que é a vivência, não é apenas dos políticos, não é apenas dos Partidos Políticos da oposição, é vivência de muitos Almadenses que entram e saem da Cidade, e hoje em dia constata-se e deparam-se com o caos constante nas nossas vias e artérias. E quando se diz que houve a preocupação de enquadrar, hierarquizar as ruas no sentido de passar para determinado tipo de artérias o tráfego hoje em dia tinha que deixar de percorrer as Avenidas principais. Eu pergunto-me, será que houve a preocupação de perceber se essas artérias secundárias teriam capacidade de receber esse tráfego? Porque aquilo que nós vemos e aquilo que nós sentimos e não é preciso ser técnico, basta viver a Cidade de Almada, é que essas artérias não têm capacidade nem conseguem dar escoamento para o tráfego que lá se quis colocar. E portanto aquilo que eu acho que é fundamental e por isso é que o PSD em determinada altura lançou uma petição no sentido que os Almadenses pudessem ter uma voz e dizer aquilo que sentem no dia-a-dia, de forma a que a Câmara não seja autista, arrogante e que ache que está tudo bem. É que de uma vez por todas se corrija e se assuma os erros porque não tem mal nenhum. Aquilo que nós queremos é que a Cidade se adapte, se corrija e com isso possa viver melhor. Aquilo que não é aceitável é que neste momento se ache que está tudo muito bem, que com o Metro agora é que vai ser, que com os transportes colectivos que temos as pessoas deixam de andar de carro, nós sabemos que não é assim. Nós sabemos que hoje em dia também não existe estacionamento para as pessoas e deixem-me fazer esta nota de rodapé, não existe estacionamento e parques de estacionamento e gestão desses parques porque a Câmara desde 2002 assumiu que no Protocolo havia a obrigação de alguém fazer parques, quando



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

aquilo que lá estava era que podia, não tinha obrigação. E isso é inaceitável podermos estar hoje em dia a ter esta discussão novamente, quando os Protocolos estão escritos, existe história e era bom que as pessoas fossem sérias e tivessem memória. E em nome da Almada e sobretudo em nome das pessoas que vivem o dia-a-dia da nossa Cidade, aquilo que apelamos à Câmara é que corrija aquilo que há para corrigir e que de uma vez por todas o Plano de Acessibilidades vá de encontro às necessidades de Almada e dos Almadenses e não vá de encontro às necessidades de adaptar o que quer se seja a uma obra que muitas vezes não é a mais adequada para a vida das pessoas."-----

6.3.2.3 - A Sr.^a Deputada Municipal Luísa Ramos:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Eu falo daqui, porque enfim não tenho a pretensão de fazer intervenções tão empolgadas quanto os Srs. que me antecederam. Mas apetece-me cumprimentar o Partido Socialista e particularmente o Sr. Deputado António Mendonça Mendes porque eu acho que é muito interessante este agendamento pedido do Partido Socialista, permitiu que de facto nós revivêssemos os muitos anos de pressão, de luta às vezes até de desentendimento entre nós perante as propostas concretas do Município e as ausências concretas de resposta dos vários poderes seja Central, seja da Concessionária. E portanto eu creio que de facto é interessante nós podermos analisar e recordar e rememorar muitas das coisas que aqui foram trazidas. E eu, Srs. Deputados por força de ser eleita na Assembleia Municipal de Almada faço parte da Assembleia Metropolitana de Lisboa e faço parte da Comissão de Transportes desta mesma Assembleia da Área Metropolitana e quero-vos dizer que todas as forças políticas representadas nesta Comissão têm gravíssimos problemas, não reunimos com a regularidade necessária, mas isso não é para aqui chamado, mas todos temos um entendimento da necessidade de se criar uma política articulada com os Municípios no sentido digamos de haver políticas articuladas para o sector da Mobilidade e dos Transportes. E quero-vos dizer que por exemplo houve investimentos inegáveis na parte ferroviária na Linha de Sintra, na linha de Cascais e no entanto os residentes nos bairros do interior dessas linhas sofrem muito mais que nós apesar de tudo. E sofrem porque não têm transportes rodoviários que os deslocalize para as estações ferroviárias para depois poderem não vir de carro para Lisboa mas vir no seu Comboio. Também em relação ao Metro existe falta acentuada de Parques Dissuasores, mas a questão do Metro ir a Odivelas, a Carris cortou logo por orientação governamental, obviamente, (a gestão rentável não existiu) a Carris cortou logo carreiras alternativas à questão do Metro de Odivelas e portanto, aqui eu acho que nós devemos ter uma visão Metropolitana como o Sr. Vereador, aliás que saúdo e cumprimento pela sua



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

intervenção, para além de esclarecedora, didáctica e com a qual me solidarizo como o Sr. disse não são ilhas. As coisas não podem ser vistas em ilhas. E de facto não há um Plano para Transportes e Mobilidade para a Área Metropolitana de Lisboa e para a Região.----- Eu quero-me centrar nas coisas essenciais mas não posso deixar, não resisto a duas observações sobre a intervenção do Sr. Deputado Nuno Matias. É que de facto ficamos a saber que o Sr. quer ter um Plano de Mobilidade para ter mais carros. O Sr. quer um Plano de Mobilidade para que os carros não cumpram o Código da Estrada nas velocidades que se impõe nos espaços urbanos. E o Sr. acha que aquilo são absurdos e, aliás o Sr. até chamou uma vez assassinos a quem tinha feito aquele Plano para a Bento Gonçalves e não percebe que quem passa ali cumprindo as regras do trânsito e a diminuição da velocidade, não lhe acontece mal nenhum, pelo contrário é uma segurança para quem conduz e é uma segurança para os utentes. Eu ia sendo atropelada antes de isto estar assim naquela Av.^a exactamente porque ninguém respeita passadeiras ou outras coisas para os peões poderem atravessar. Portanto, fiquei a saber que o Sr. Deputado Nuno Matias quer um Plano de Mobilidade ajustado à sua intenção da manutenção e se calhar até do aumento do transporte individual, mas creio também que o que nós aqui talvez possamos concluir é que efectivamente isto não há milagres, e quando se desmantelou a Rodoviária Nacional para depois ulterior privatização, é óbvio que os privados não são a Santa Casa da Misericórdia e portanto querem aderir a um projecto na lógica do lucro e não do serviço público. Infelizmente talvez porque os Governos moveram essa privatização e essa segmentação tem hoje mais dificuldades em fazer aquilo que é a necessidade da articulação de uma transporte público para que haja a deslocação do transporte individual para o público. Srs. Deputados, quando um Parque de Estacionamento não está incluído no tarifário, é óbvio que as pessoas fazem contas. Quando a Fertagus não está incluída no Passe Social Intermodal, quer dizer que pagam mais os utentes dos transportes públicos a quem o Passe é recebido e é aceite. Se fizer as contas se calhar sai mais barato ir de Corroios para Lisboa de carro do que deixar o carro em Corroios ou até aqui no Pragal, pagar o estacionamento, pagar o bilhete mais caro que a Transtejo e depois não ter condições de mobilidade. E portanto o que é que eu acho que faz falta, uma política coerente interligada de serviço público para serviço público, a preços atractivos, a preços socialmente justos, a preços que motivem o deixar o carro individual em casa e apanhar o transporte público. Precisamos de uma Autoridade Metropolitana de Transportes, não para governamentalizar, digamos assim, os aspectos da gestão, não para se substituir e se desresponsabilizar o Estado dos custos com o transporte individual, mas que sirva uma política de articulação, que promova e estimule o transporte



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

colectivo. Portanto eu creio que (Srs. Deputados por acaso tenho aqui uma Moção que no dia 17 de Dezembro de 2007 a CDU apresentou e lamentavelmente não temos nem resposta, nem o acto em si feito), foi a propósito do dia 12 de Dezembro nas instalações das Estradas de Portugal o lançamento da Concessão à Baixo-Tejo da IC32, nós dizíamos, o Governo na altura e continua a não anunciar, para fazer, "lamentamos que o Governo nada anuncie ou faça para o descongestionamento da A2 entre a Praça da Portagem da Ponte 25 de Abril e o Fogueteiro, condição indispensável para melhorar a circulação no Centro Sul". Amanhã se houver esta abertura se calhar alguém vai dizer: Quantas vezes nós falámos nisto?----- Há muito quem fale, a CDU apresenta propostas, reivindica e luta para que as coisas aconteçam, porque se realmente tirar trinta e cinco mil veículos do Centro Sul, se calhar digo eu que não tenho carro individual, ando só de transporte público, se calhar a circulação far-se-á de uma outra forma mais articulada e com menos prejuízos. Portanto, eu creio que o terminal de Cacilhas não é bem um Terminal, ou não deve ser bem visto como um Terminal de interface, aquilo é um sítio onde se vai afluir várias pessoas para a travessia do Tejo. Onde é que deve haver terminais de interfaces? O Sr. Vereador colocou e eu estou de acordo, Centro Sul. Digamos nos grandes sítios que possa haver dissuasão, onde possam as pessoas deixar o carro, apanhar o Metro ou apanhar os autocarros para o interior das respectivas Freguesias. E por isso Sr. Presidente, Sr.^a Presidente da Câmara creio que mais do que estarmos aqui numa tentativa porque talvez não haja um conhecimento alargado da Área Metropolitana de Lisboa ou porque se está na oposição, mas isso não é fazer política de uma forma séria. Aliás eu gostava muito de saber como é que vai ser a reacção quando a Câmara Municipal de Lisboa que começa a estudar a retirada do tráfego da Avenida mais poluída da Europa, que é a Avenida da Liberdade, como é que as pessoas vão discutir e vão encontrar as soluções para aquilo que é já hoje considerado um cancro a nível Europeu no plano ambiental."-----

6.3.2.4 - O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;----- Era só para dar muito rapidamente uma nota que em nenhum momento eu disse que a solução era ter mais carros em Almada, em nenhuma parte da minha intervenção eu disse que era fundamental transformar a Av.^a Bento Gonçalves numa Auto-estrada. Aquilo que eu acho é que manda o bom senso que também não se diabolize aquilo que hoje em dia ainda não tem alternativa. E neste momento ainda não existe uma alternativa completa, adequada, articulada ao transporte individual e há pessoas, muitos Almadenses que não têm alternativa a não ser usar o seu veículo individual. E para esses não é aceitável que a solução seja



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

estarem quarenta, cinquenta minutos para sair da sua Cidade para chegar ao seu emprego. Vão-me dizer: "bom, mas não existe o Nó na A2 como deveria existir", eu concordo que deveria existir o Nó, agora aquilo que também é verdade é que ao final da tarde esse movimento não existe e os caos no Centro Sul já existe na mesma apesar de realmente não haver esse problema com a A2 e com os acenos a casa das pessoas no movimento oposto. E por isso aquilo que eu quero deixar bem claro é que nós não somos a favor da aposta no transporte individual. Agora, para aquilo que nós também não somos é a favor da diabolização do transporte individual que leva a que as pessoas tenham problemas sérios no seu dia-a-dia."-----

6.3.2.5 - O Sr. Deputado Municipal Bruno Dias:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Há uma pessoa amiga que diz, e diz isto de uma forma sincera e assumida, que é uma grande defensora do transporte público porque assim pode andar de carro muito mais descansada. Isto é um caso verídico e é uma atitude que vendo bem, nós vemos pouco assumida mas muitas vezes sentida pelas pessoas. Há muita gente que defende uma política de transportes públicos e que as outras pessoas utilizem os transportes públicos para que a rua fique mais desimpedida para andarmos no nosso carro. E isto é uma atitude pouco sustentável, no mínimo eventualmente fantasista, mas muito pouco séria, mas muitas das vezes parece ser a atitude que está na base de certas tomadas de posição políticas quando se trata de estratégias para a mobilidade, para o urbanismo também que é disso que se trata, para o ordenamento do território à escala metropolitana e à escala urbana e depois as políticas de gestão do espaço público e da circulação rodoviária e do estacionamento. E de facto aquilo que nós verificamos nomeadamente por parte do PSD até agora, foi uma atitude de querer o melhor de dois mundos, obviamente não vimos aqui criticar, a razão de ser e a essência da proposta e da ideia de um sistema de transportes públicos de um Metropolitano Sul do Tejo, de uma rede que funcionasse articuladamente para que as pessoas pudessem se quiserem utilizar o transporte público, mas ao mesmo tempo deixar avenidas largas, desimpedidas em linha recta para que os carros possam acelerar. Porque é disso que nós ouvimos falar, quando ouvimos falar de uma situação em que na Av.^a Bento Gonçalves uma antiga entrada nobre que era, agora não me parece que seja um beco Sr. Deputado Nuno Matias, em que agora acontece o slalom e o perigo para os automobilistas. E eu pergunto ao Sr. Deputado Nuno Matias o que é que havia dantes? E para os peões? Ora muito bem, sabe que quem conhece um bocadinho melhor aquela avenida pode testemunhar e o Sr. Deputado, dou-lhe uma sugestão muito séria, é que verifique no concreto que perigo existia



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

antes e que perigo existe hoje. É de facto para quem anda a cem à hora a Cidade é perigosa, mas é muito mais perigoso para a Cidade aqueles que aceitam com naturalidade a circulação de automóveis fazendo das Cidades e dos Centros Urbanos Auto-estradas e palcos de rally's. Aquilo que nós verificamos Sr. Deputado Municipal é uma política que opta, que toma partido e toma partido por uma cidade amiga dos peões, toma partido por uma Cidade amiga do transporte público.-----

Eu agora peço desculpa e interrompo porque o Sr. Deputado Nuno Matias está sistematicamente a falar em cima da minha intervenção, e isto também torna-se um bocadinho difícil.-----

Nós não temos medo do debate e aquilo que nós entendemos é que é essencial considerarmos de que lado é que nós estamos e que opção e futuro que nós tomamos. E aquilo que nós defendemos é uma Cidade em que é saudável, agradável e sustentável viver diariamente o Centro urbano e a vivência urbana dessa comunidade. E quando nós temos efectivamente um sistema de transportes, de estacionamento e de circulação que não pode fazer coincidir o mesmo espaço urbano, é uma lei da física básica, para quem tenha frequentado a instrução primária. Dois corpos não podem utilizar o mesmo espaço. E a antiga ligação que se fazia erradamente de forma insustentável, de forma pouco saudável, de forma perigosa, com o espaço público tomado de assalto muitas da vezes, esse sim cortado o espaço público a meio por dezena de milhares de automóveis no Centro da Cidade, agora foi restituído e está a ser restituído aos peões e à população que usa diariamente a Cidade.-----

Quando o PSD vem dizer a esta Assembleia Municipal, com a elegância que o caracteriza e com o nível político que o caracteriza e até cívico, que a Câmara não seja autista e arrogante pensando que está tudo bem, aquilo que nós devemos dizer aos Srs. Deputados Municipais da oposição, é que neste caso concreto, autista e arrogante está a ser o PSD que nem houve as intervenções que são feitas nesta Assembleia. Quem reconheceu situações que é preciso ir acompanhando, melhorando, corrigindo, de quem ouviu aqui informações de medidas que foram revistas e que foram reponderadas na aplicação concreta que vai sendo feita de um Plano que foi aprovado nesta casa, não foi imposto por ninguém, ninguém apontou arma à cabeça de ninguém para que se aprovasse esta orientação e esta estratégia. E aquilo que está a acontecer é de uma profunda desonestidade política e de uma profunda incoerência e nalguns casos até como esta noite já se viu, de uma profunda falta de escrúpulos. Não é assim que a política pode ser feita, não é assim que os interesses da Cidade podem ser defendidos, e agora já sei, cumprindo aquilo que é o seu apanágio vai fazer aqui o PSD uma rábula política no sentido de dizer que a sua honra foi ofendida. Já não será a primeira vez."---



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- 6.3.2.6 - O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias:-----
"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
Eu acho que procuramos trazer aqui exemplos concretos, procuramos falar de problemas que vivem os almadenses e não é admissível é que não haja capacidade e democraticidade da parte da maioria de ouvir os argumentos da mesma forma que nós procuramos debate-los e apresenta-los. Nós tivemos o cuidado de reunir com a população, tivemos o cuidado de conversar com Municípes que vivem a Cidade como nós vivemos. Trazemos aqui problemas que todos sentimos, pedimos à Câmara para ter a sensibilidade de corrigir aquilo que no nosso entender e de muita gente tem provocado problemas no funcionamento da nossa Cidade, e vir aqui dizer que isso é baixa política, é no mínimo dizer a si, que isso é falta de democraticidade e de respeito pela pluralidade de opiniões que tem que existir nesta casa da democracia. E é falta de respeito também pelos almadenses, porque há muitos almadenses que vivem estes problemas diariamente. E eu não quero fazer da Av.^a Bento Gonçalves ou outras artérias do Concelho nenhuma pista de automobilismo, mas quero que as pessoas entrem e vivam a Cidade de Almada e saiam de forma qualitativamente aceitável e que no seu dia-a-dia consigam viver a Cidade como hoje em dia não conseguem. E isso não é baixa política, é ouvir as pessoas e trazer aos órgãos próprios aquilo que é o sentir de muita gente. Se a CDU não compreende devia falar mais com os cidadãos de Almada e menos com os Camaradas de Partido."-----
- 6.3.2.7 - O Sr. Deputado Municipal Bruno Dias:-----
"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
Venho dar explicações por parte da CDU a este pedido da defesa da honra que foi feito pelo PSD de uma forma profundamente surpreendente para todos nós. Aquilo que eu queria dizer é que não foi com o mínimo sentido de falta de pluralismo e de democraticidade que me insurgi em nome da CDU, por ter assistido à cena lamentável de ver o PSD a acusar esta Autarquia de autismo e arrogância. E por isso, quando nós criticamos quem tem essas atitudes é natural que o PSD depois apareça como virgem ofendida. Vai pedir outra vez defesa da honra agora, Sr. Deputado?"-----
- 6.3.2.8 - O Sr. Deputado Municipal António Mendonça Mendes:-----
"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
Sr. Vereador José Gonçalves, apreciei muito o esforço que se fez de procurar responder à intervenção e às questões que, e em concreto às questões que foram colocadas na intervenção. Gostava de fazer uma primeira nota para lhe dizer o seguinte e como comentário à sua intervenção. Eu sinto-me muito confortável como Deputado Municipal a produzir



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

qualquer intervenção política que entenda no exercício dos meus direitos e deveres como eleito democraticamente, e por isso não estranhe que eu intervenha e intervirei sempre que achar que estou com isso a defender o interesse público.-----

Em primeiro lugar relativamente às questões que colocou, gostaria de lhe dizer que anoto e registo com agrado que também concorda que seja necessário uma rede logística urbana, na prática foi aquilo que me disse quando respondeu que agora vamos fazer alguns regulamentos específicos designadamente para as Freguesias do Laranjeiro e Cova da Piedade. Cá estaremos à espera nos vários períodos da Actividade Municipal para ver essa concretização embora me permita reforçar que é uma prioridade que a actual maioria deverá ter.-----

Em segundo lugar gostaria de me referir à questão da Capitão Leitão e Bernardo Francisco da Costa, é que eu não levantei questões e a questão substancial não foi a questão do Plano de Circulação, foi precisamente daquilo que dizia em 2002 a Comissão de Acompanhamento que este eixo tinha uma forma mais ou menos acentuada de desclassificação e perda de centralidade e que neste eixo deviam permanecer algumas funções administrativas e comerciais. E a questão que lhe coloco é não tem a ver com o aumento de tráfego automóvel, é como é que isso se compatibiliza com a deslocalização dos Paços do Concelho precisamente neste eixo que é a única função administrativa relevante que lá existe.-----

Em terceiro lugar a questão dos Parque de Estacionamento. Sr. Vereador, eu não sei como é que lhe hei-de dizer mais isto, como o Sr. Vereador é licenciado em Direito eu permito-me remete-lo para a alínea n), do nº 1, do artigo 64º da Lei das Autarquias Locais sobre a competência efectiva, sobre a construção de Parques de estacionamento.-----

Por último, mobilidade para todo o Concelho. O Sr. Vereador veio aqui dizer que agora finalmente que acabámos o Metro Sul do Tejo vamos começar a cuidar dos outros. Penso que os fregueses das outras Freguesias aguardarão essa manifestação de intenção."-----

6.3.2.9 - O Sr. Vereador José Gonçalves:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Efectivamente nós temos uma filosofia urbana, temos uma filosofia de mobilidade, e ficou demonstrado que o nosso Plano de Mobilidade é um Plano coerente, consciente e já fez um caminho de afirmação das soluções no nosso território. Penso que ficou plenamente demonstrado no nosso debate. E o facto de estarmos a fazer o debate hoje, já é significativo para mim, é porque os Srs. embora alguns Partidos têm tentado provocar ao longo deste percurso momentos que levariam ao tal caos que por ventura daria resultado para a discussão a outros níveis, não o conseguiram. Relembro as bancadas do Partido Socialista



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

no centro da Cidade até com som a pedir abaixo-assinados resultou num bluff, porque foram muito poucos, o Sr. Deputado Ruben Raposo na altura Presidente da Concelhia foi lá com uns papelinhos e tal, falamos um bocadinho mas não resultou muito bem. O Sr. Deputado Nuno Matias hoje também não disse como é que está a petição relativamente a estas questões não referiu, se calhar também não resultou muito bem, não sei, se calhar não atingiram os resultados que pretendiam e por ventura a questão central é essa, é que nós fomos capazes de implementar o Plano de Mobilidade com uma situação difícil de obra dura no Centro da Cidade, mas com uma grande disponibilidade para as pessoas. Como uma grande disponibilidade para resolver os problemas. E é isso que embora tentando por vezes provocar outras situações de maior dificuldade alguns Partidos da oposição não o conseguiram. E isso é a primeira relevância que eu dava, o facto de estarmos a discutir hoje o Plano de Mobilidade em sede de Assembleia Municipal e é com muito orgulho que estamos aqui.-----

Eu queria dizer que nós temos de facto um Plano de Mobilidade e temos uma filosofia de mobilidade sustentável, isso diferencia-nos de outros, nós temos uma preocupação ambiental, nós temos uma Carta do Ruído, nós fazemos a monitorização do ar, temos uma estratégia das alterações climáticas, temos preocupação de passar mensagens relativamente aos nossos jovens, fazemos a semana da Mobilidade, levamos estes problemas às Escolas, reflectimos com os Operadores, reflectimos com todos aqueles que podem contribuir para criar uma Cidade melhor, que podem contribuir para a defesa da nossa saúde, para a defesa de uma qualidade de vida que com certeza beneficiará todos. É essa a nossa filosofia, parece que nem todos partilhamos da mesma, mas nós temos esta e estamos conscientes que é um caminho que vale a pena fazer."-----

6.3.3 - Não havendo mais pedidos de palavra foi encerrado o debate.-----

6.4 - Usou da palavra o Sr. Deputado Municipal António Mendonça Mendes para uma interpelação à Mesa e o Sr. Presidente da Assembleia para responder.-----

6.4.1 - O Sr. Deputado Municipal António Mendonça Mendes:-----

"Sr. Presidente; Srs. Deputados Municipais;-----

É uma interpelação no sentido de perguntar à Mesa se pode informar a Assembleia se já deu entrada o Relatório a que se refere o Estatuto da Oposição relativamente à audição aos Partidos da Oposição para efeitos de elaboração das Grandes Opções do Plano, se deu entrada o Relatório por parte da Câmara Municipal para que nós possamos decidir se queremos ou não a sua discussão em Plenário."-----

6.4.2 - O Presidente da Assembleia Municipal:-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

"Sr. Deputado Municipal;-----

Não estamos nas instalações da Assembleia pelo que vou ver se já entrou."-----

6.5 - Entrou-se no ponto 3.3 da agenda com a apreciação e tomada de posição sobre os Pareceres do Conselho Municipal de Segurança dos Cidadãos de Almada relativos à Situação de Segurança 2007, (**Conforme ANEXO XXII**).-----

6.5.1 - Usou da palavra o Sr. Presidente da Assembleia Municipal.-----

6.5.1.1 - O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:-----

"Srs. Deputados Municipais;-----

Coloco à vossa consideração a seguinte situação: a opinião do Partido Socialista é que em função ao agendamento, e o agendamento é a apreciação dos Pareceres do Conselho de Segurança não é admissível ou não é possível que hajam outros documentos que proporcionem essa apreciação a não ser aquele que está sugerido, aquele que é apresentado pela Mesa. Da parte da Mesa, a consideração que foi feita é que é possível surgirem outros documentos para votação. Eu até chamava a atenção do que aconteceu nas últimas Sessões relativamente à apreciação daquele Requerimento do próprio Partido Socialista que no fim do debate apresentou um Projecto de Deliberação, com todo o direito que era o resultado da apreciação. A questão é que relativamente à decisão da Mesa de Admissão desse documento (no caso da CDU), o Partido Socialista recorre da decisão. Por isso eu vou colocar à votação o recurso da decisão da Mesa, quem entende que a Mesa procedeu bem vota contra o recurso, quem pensa que a Mesa procedeu mal vota a favor do recurso e do resultado dir-se-á se a Mesa procedeu ou não procedeu bem."-----

6.5.2 - Não havendo pedidos de palavra e após verificação do quórum, procedeu-se à votação do recurso da decisão da Mesa, que foi rejeitado por maioria com vinte e nove votos contra (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes de Junta de Freguesia ou seus representantes: Almada; Cacilhas; Caparica; Cova da Piedade; Feijó; Laranjeiro; Pragal e Sobreda; do PSD e do BE) e nove votos a favor (de eleitos do PS, inclusive a Presidente da Junta de Freguesia da Trafaria).-----

6.5.3 - Usou da palavra o Sr. Deputado Municipal José Gabriel Joaquim, apresentando Projecto de Deliberação da CDU sobre o Sentimento de Insegurança na Freguesia de Caparica e Recusa da Construção do Posto Policial do PIA.-----

6.5.3.1 - O Sr. Deputado Municipal José Gabriel Joaquim:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Projecto de Deliberação -----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Sentimento de Insegurança na Freguesia de Caparica e a Recusa da Construção do Posto Policial do PIA -----

É universalmente aceite que uma política democrática em matéria de Segurança e de Administração Interna é inseparável de uma política de desenvolvimento integrado de justiça social, de direito ao trabalho e de trabalho com direitos, de melhor qualidade de vida ao nível económico, cultural e urbano, de reconhecimento dos direitos e de inserção dos imigrantes e das minorias étnicas, de prevenção e tratamento da toxicodependência, de combate ao crime organizado.-----

O combate ao crime, defendendo a legalidade democrática, tem nas instalações para as forças e serviços de segurança, nos efectivos e meios operacionais e no policiamento de proximidade, pilar importante e até determinante para que seja assegurado às populações a efectivação do direito democrático e constitucional à segurança.-----

É neste contexto que importa considerar o sentimento de insegurança dos cidadãos residentes na Freguesia de Caparica, o mais elevado entre as onze Freguesias do Concelho de Almada.-----

Dos estudos que anualmente são realizados pelo Centro de Estudos e Sondagens de Opinião da Universidade Católica no âmbito do Observatório de Segurança de Almada e numa classificação da segurança por freguesia de residência, em que 1 corresponde a muito segura e 5 a muito perigosa, a Freguesia de Caparica aparece negativamente destacada com o valor de 3,3 (a única com valor superior a 3 e para uma média de 2,9 para as onze freguesias).-----

A Freguesia de Caparica que tem a sua sede no Monte de Caparica e faz fronteira a poente e a sul com as Freguesias da Trafaria, Costa de Caparica e Charneca de Caparica, tem cerca de 20.000 habitantes, sendo sua parte integrante o território do denominado Plano Integrado de Almada (PIA), a que acresce a numerosa população universitária da Faculdade de Ciências e Tecnologia - Universidade Nova de Lisboa, no Campus da Caparica e da Escola Superior de Ciências da Saúde.-----

A Freguesia de Caparica está dependente em termos de segurança do Posto da GNR na Trafaria a cerca de 10 km de áreas do PIA e ainda muito mais distante de outras áreas da Freguesia como são os casos dos Capuchos, Vila Nova ou o Funchalinho, a que acresce os quatro meses da época balnear em que percorrer meia dúzia de quilómetros demora 1 e 2 horas.-----

As populações sentem-se inseguras e manifestam-se contra a situação que consideram insustentável em que moradores e comerciantes são assaltados, vivem com ameaças



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

constantes, além dos actos de vandalismo em equipamentos (parques infantis, zonas verdes, escolas, etc.).-----

Foram estes factos continuados que determinaram às Autarquias e os Cidadãos, desde a década de 90, encetarem procedimentos reivindicativos junto dos Governos para a construção de um Posto Policial na Freguesia de Caparica, mais propriamente na área dos Bairros Amarelo, Branco e Rosa, Bairros da Cooperativa "União dos Trabalhadores" e "Irmanadora" ou seja no interior do PIA.-----

Ao longo dos anos foram vários os Ministros e os Secretários de Estado da Administração Interna que consideraram a necessidade e prometeram a construção do Posto Policial do PIA/Monte de Caparica.-----

É neste contexto que em Novembro de 1997 é assumido publicamente o compromisso de construção do Posto Policial do PIA e determinada a sua localização no terreno.-----

Na verdade o compromisso é assumido na Caparica, precisamente no PIA, pelo então Ministro do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, Engenheiro João Cravinho, na presença de inúmeros representantes de instituições, entidades e organizações para o efeito convidadas e testemunhado entusiasticamente pela população local que ocorreu a tão importante acontecimento para a sua qualidade de vida. O compromisso não foi só em declarações verbais pois foi assinado um protocolo pela então Secretária de Estado da Habitação e Comunicações, Dr.^a Leonor Coutinho e o Secretário de Estado da Administração Interna, Senhor Armando Vara, em que foi plasmada a cedência do terreno por um e a construção do posto policial por outro, com a indicação da sua entrada em funcionamento em 1999.-----

Entretanto os Governantes são substituídos, outros Governos são empossados, fazem-se novas reuniões das Autarquias com os novos Governantes lembrando o compromisso, as populações manifestam-se e reivindicam o Posto Policial, mas o compromisso do Governo PS continuava e continua a não ser cumprido.-----

Importa no entanto e a propósito ter em conta e destacar para um melhor acompanhamento do processo e dos compromissos assumidos designadamente, os seguintes factos.-----

- O abaixo-assinado subscrito por 1700 cidadãos residentes no PIA dirigido ao Ministro da Administração Interna, Dr. Fernando Gomes, solicitando o cumprimento do compromisso da criação de um Posto de Segurança Pública na área do PIA (entregue no Ministério em 21 de Fevereiro de 2000).-----
- A reunião em 09 de Março de 2000 entre os Presidentes da Câmara Municipal, da Assembleia Municipal e das Juntas de Freguesia de Caparica, Charneca de Caparica, Costa



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- de Caparica, Sobreda, Pragal, Laranjeiro e Feijó e o Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Administração Interna, Dr. Manuel Diogo, em que o governante assumiu o compromisso de lançar o concurso público para a obra até Junho de 2000.-----
- A reunião em 26 de Outubro de 2000 dos Presidentes da Câmara e Assembleia Municipal e das Juntas de Freguesia com o Secretário de Estado da Administração Interna, Dr. Luís Patrão, que afirmou peremptório que o Posto Policial no PIA, seria da PSP, tendo o início da construção programada para 2001 e entrando em funcionamento no primeiro semestre de 2003.-----
 - A resposta do Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares, Dr. José Magalhães, em 11 de Abril de 2001 ao Requerimento nº 632/VIII/2ª do Grupo Parlamentar do PCP, informando que relativamente ao Posto Policial no Ex-Plano Integrado de Almada "o projecto de execução encontra-se em fase de conclusão".-----
 - A publicação no Diário da República III, Série, nº 147, a Páginas 13.546, de 27 de Junho de 2001, do anúncio nº 10/Publ/2001 do Concurso Público para a construção da Esquadra do PIA em Almada com as empreitadas de construção civil e instalações eléctricas e um prazo para a execução da obra de oito meses.-----
 - Do ofício da Directora do Gabinete de Estudos e Planeamento de Instalações do Ministério da Administração Interna - GEPI - de 11 de Julho de 2001 enviado à Câmara Municipal de Almada dando-lhe a conhecer o Processo de Concurso para o Posto e solicitando a divulgação do mesmo e a sua colocação nos Paços do Concelho para consulta.-----
 - Do ofício nº 3778, de 01 de Julho de 2002, da Directora do GEPI informando o Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Administração Interna de que e cita-se "Esquadra da PSP no PIA - Foi elaborado o projecto, que se realizou em 01.08.2001. Após a análise das propostas, surgiu o problema da área em causa estar afectada à GNR, tendo o assunto sido colocado superiormente ao MAI, com vista a uma definição do dispositivo através do ofício nº 9.921 de 27/12/2002.-----
Aguarda-se orientação quanto à afectação da referida área" -----
 - Do Programa de Investimento e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central dos Orçamentos de Estado dando nota da vontade ou da falta dela em desenvolver o processo.-----
- Assim: Em 2002 aparece no Programa de Instalações das Forças e Serviços de Segurança, um Projecto inscrito com a denominação "Esquadra do PIA/Plano Integrado de Almada - Monte de Caparica" com a verba de 149.632 Euros para 2002.-----
- Em 2003 o Projecto desaparece.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Em 2004 é inscrito na Medida "Construção de Instalações para as Forças e Serviços de Segurança - GEPI" um projecto denominado "Esquadra da PSP PIA Almada com uma verba total de 596.478 Euros, repartidas por 2004 com 25.000 €, 2005 com 200.000 € e 2006 com 371.478 Euros.-----

Em 2005 mantém-se a inscrição do projecto com 25.000 € para 2005 e a concluir-se em 2007.-----

- Entretanto e ao longo de todos estes anos as autarquias quer através de Moções/Deliberações, quer através de reuniões com o Governo, assim como anualmente o Conselho Municipal de Segurança vem chamando a atenção e reivindicando a construção do Posto Policial do PIA/Caparica.-----

Novamente este ano o Conselho Municipal de Segurança no Parecer sobre "Segurança e Criminalidade" "no âmbito dos meios operacionais das Forças de Segurança" e "ao nível das instalações" refere que "cresce a importância da construção prioritária do Posto do ex-PIA - Monte de Caparica", anotando que "A ausência de instalações e efectivos fixos no Monte de Caparica/Freguesia de Caparica, agrava o sentimento de insegurança, numa freguesia populosa e pólo universitário".-----

Os cidadãos protestam indignados porque foram enganados, porque não compreendem como é que em termos de segurança o que era necessário e bom para a PSP deixa de o ser para a GNR.-----

A culminar todo este processo está a posição do actual Secretário de Estado da Administração Interna que informa o Município que a instalação de um Posto na Freguesia de Caparica não consta da lista de prioridades plurianual em matéria de novas instalações da Guarda Nacional Republicana.-----

Nestes termos e no exercício da competência e para os efeitos previstos na alínea o), do nº 1, do artigo 53º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e em presença dos Pareceres do Conselho Municipal de Segurança ao abrigo da Lei nº 33/98, de 18 de Junho, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Plenária no dia 19 de Dezembro de 2008, delibera:-----

- 1 - Manifestar o mais veemente protesto e indignação por continuar sem estar assegurado a construção do Posto Policial no PIA/Monte de Caparica.-----
- 2 - Protestar pela falta grave do actual Governo de não cumprimento dos compromissos e protocolos assumidos e subscritos por Governos anteriores.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

3 - Exigir a revisão da actual decisão do Ministério da Administração Interna por forma a ser feita a adjudicação da obra para que a construção do Posto da GNR no PIA se inicie ainda no ano de 2009."-----

6.5.4 - No debate usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais Ruben Raposo e Odete Alexandre.-----

6.5.4.1 - O Sr. Deputado Municipal Ruben Raposo:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Nós gostávamos de intervir neste debate, mas antes de intervir gostávamos naturalmente de colocar um problema de interpretação em relação a uma carta que foi dirigida pela Sr.ª Presidente ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal e refere-se concretamente à carta de 26/11/2008 que naturalmente, carta essa que capeia os vários Pareceres que os Socialistas naturalmente analisaram e têm opinião acerca deles, mas que de facto nos suscita algumas dúvidas e é nesse sentido que eu gostava de pedir ao Sr. Presidente para realmente dar a sua interpretação, não naturalmente autentica porque não pode, mas a sua interpretação do último período da carta na primeira página. Diz a Sr.ª Presidente, e bem, o seguinte: "acontece que os seguintes Pareceres foram também aprovados por unanimidade pela Assembleia Municipal de Almada.". Estes Pareceres são estes que vamos aprovar agora ou são os Pareceres do ano passado? É porque estes Pareceres não são os do ano passado, são os Pareceres que vamos aprovar agora, e portanto se são os Pareceres que vamos aprovar agora, talvez pudéssemos alterar solicitando naturalmente a concordância do Sr. Presidente, para uma frase menos incisiva e dizer uma coisa deste género: "estou certa que os referidos Pareceres serão aprovados por unanimidade pela Assembleia Municipal de Almada", porque naturalmente nós temos o máximo de respeito pela Sr.ª Presidente, mas achamos que não tem o atributo ainda de Pitonisa."-----

6.5.4.2 - O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:-----

"Srs. Deputados Municipais;-----

Dado que me colocou a mim a questão, o que eu digo é que não podem ser estes, porque ainda não os aprovámos."-----

6.5.4.3 - A Sr.ª Deputada Municipal Odete Alexandre:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

O PS vai votar favoravelmente ambos os Projectos de Deliberação. E em relação ao Projecto de Deliberação apresentado pela CDU, nós votamos favoravelmente porque o PS de facto quer um Posto Policial para o PIA, o que nós repudiamos é o aproveitamento político que a CDU quer fazer com este assunto e foi essa a nossa posição ao rejeitarmos a sua



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

apresentação num ponto da Ordem de Trabalhos que previa este assunto. Portanto é esta declaração que nós queremos deixar em Acta."-----

6.5.5 - Não havendo mais pedidos de palavra e após verificação do quórum, procedeu-se à votação da Deliberação sobre os Pareceres do Conselho Municipal de Segurança dos Cidadãos de Almada e da Deliberação proposta pela CDU:-----

6.5.5.1 - Pareceres do Conselho Municipal de Segurança dos Cidadãos de Almada, foi aprovada por unanimidade, através da seguinte deliberação:-----

Deliberação

A Assembleia Municipal de Almada apreciou os Pareceres elaborados pelo Conselho Municipal de Segurança dos Cidadãos de Almada sobre a situação do Município em áreas tão importantes como a Segurança dos Cidadãos, o Combate à Criminalidade e à Exclusão Social, a Evolução Económica e Social, referentes ao ano de 2007.-----

A Assembleia Municipal proclama a importância do trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Conselho de Segurança e por cada um dos seus Conselheiros que participam de forma voluntária e graciosa.-----

A Assembleia Municipal destaca que o Conselho de Segurança tem cumprido cabalmente as suas funções, a troca de informações e a cooperação entre as entidades com intervenção ou envolvimento na prevenção ou garantia da segurança e tranquilidade das populações.-----

A Assembleia Municipal, nos termos e para os efeitos do disposto no número 3, do artigo 4º, da Lei nº 33/98, de 18 de Julho, aprova os Pareceres do Conselho de Segurança sobre a "Segurança e Criminalidade", "Protecção Civil", "Sócio-Económico" e "Inserção Social" referentes ao ano de 2007.-----

A Assembleia Municipal dá o seu pleno acordo à análise efectuada pelo Conselho de Segurança e às propostas e sugestões apresentadas, designadamente, no âmbito da "Segurança e Criminalidade", destacando:-----

1 - O adiamento da entrada em vigor do novo Dispositivo Legal de Segurança bloqueou e adiou decisões sobre a construção de instalações para a Forças de Segurança que tinham sido aprovadas para o Conselho de Almada e algumas com verbas inscritas em Orçamento de Estado, assim como prejudicou o reforço de efectivos, do parque-auto, etc.-----

Esta situação teve reflexos no sentimento de insegurança da população, que se mantém relativamente alto.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- 2 - Os almadenses, cerca de 27%, tendem a considerar o Conselho como perigoso ou muito perigoso, enquanto cerca de 19% o consideram seguro ou muito seguro, o que deve determinar acções: designadamente o reforço policial que, entre outras missões indispensáveis à segurança, permita reactivar o policiamento de proximidade ou comunitário, que tanta segurança transmite às populações.-----
- 3 - Tendo em consideração os estudos relativos ao ano de 2007, realizados no corrente ano pelo Centro de Estudos e Sondagens de Opinião da Universidade Católica, no âmbito do Observatório de Segurança de Almada, é de destacar.-----
 - 3.1 - Que o tipo de delito que mais frequentemente afecta os almadenses é o delito sobre viaturas.-----
 - 3.2 - Em regra os cidadãos sentem a Freguesia de residência mais segura do que o Concelho, sentimento que se repete em todos os estudos efectuados;-----
 - 3.3 - Durante o ano de 2007, 19,6% dos comerciantes inquiridos foram vítimas de pelo menos uma vez de assaltos, arrombamentos ou furto;-----
 - 3.4 - A participação às autoridades policiais, registando embora valores próximos dos anos anteriores diminuiu, passando de 48,5% em 2006 para 47% em 2007.-----
 - 3.5 - As causas sociais que provocam e/ou contribuem para o aumento da criminalidade, são: desigualdade, injustiça, desemprego e a marginalidade, causas que se têm mantido, senão agravado.-----
 - 3.6 - O consumo e o tráfico de drogas, o desemprego que embora tenha diminuído, conserva taxas elevadas e demais situações adversas para a segurança, leva os cidadãos a exigirem o reforço da acção policial o que não tem sido possível, face às carências humanas e materiais das Forças de Segurança, pese embora o esforço e empenho com que actuam quotidianamente;-----
 - 3.7 - Confirma-se uma ligeira descida da criminalidade participada, mantendo-se no entanto o sentimento de insegurança expresso pela população, situação corroborada por informações das Forças de Segurança.-----
- 4 - Em consideração da situação de segurança é proposto quanto a instalações e meios para as Forças de Segurança, as seguintes medidas:-----
 - 4.1 - O aumento significativo do número de efectivos policiais aproximando-os dos padrões estabelecidos (3 agentes por 1050 habitantes) com especial prioridade na Divisão de Almada da PSP, particularmente na Esquadra do



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Laranjeiro/Feijó e da mesma forma e com o mesmo grau de prioridade no Quartel da Charneca de Caparica e no Quartel da Costa de Caparica da GNR.-----

4.2 - A construção prioritária do Novo Quartel da Costa de Caparica, da 2ª fase do Quartel da Charneca de Caparica, do Posto no ex-Pia - Monte de Caparica, da recuperação do posto da Trafaria e da Esquadra de Trânsito com atendimento policial público a instalar na antiga Esquadra de Polícia em Almada Velha.-----

O Actual quartel da Costa de Caparica é impróprio para a missão cometida à GNR no seu funcionamento normal, agravado durante o período balnear (de Maio a Setembro) com a afluência nesse período de cerca de 10 milhões de pessoas.-----

A ausência de instalações e efectivos fixos no Monte de Caparica, Freguesia de Caparica, agrava o sentimento de insegurança, numa freguesia populosa e pólo universitário.-----

4.3 - Redimensionamento do parque automóvel de acordo com o dispositivo de segurança territorial e renovação das viaturas em final de vida com qualidade/cilindrada superiores às utilizadas pelas redes de delinquentes.---

5 - Relativamente à Protecção Civil importa destacar que:-----

**5.1 - O Serviço Municipal de Protecção Civil de Almada - SMPC acompanhou em permanência a evolução das marés vivas na Costa de Caparica, bem como a evolução dos estragos provocados nas defesas marítimas e cordão dunar.---
No decorrer de todo o processo, e durante os meses de Janeiro e Fevereiro o SMPC, em acompanhamento, monitorização e coordenação de máquinas esteve no local 104 horas.-----**

5.2 - Foi elaborado e implementado o plano de protecção e socorro aos festejos, comemorações e outras iniciativas que juntaram muitos cidadãos.-----

5.3 - A pedido do Exm.º Senhor Comandante Geral da GNR e no âmbito da realização do "1º Curso Internacional de Identificação de Vítimas de Desastres e Recolha de Vestígios Biológicos em Vítimas de Acidentes ou Epidemias no Âmbito da Saúde Pública", organizado por entidades nacionais e internacionais, o SMPC de Almada foi a organização escolhida no território nacional como exemplo de articulação e cooperação entre as Entidades do Sistema de Protecção e Socorro. As instalações municipais



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

foram visitadas por todos os participantes, tendo sido apresentada a estrutura organizacional, operacional e de conjuntura implementada no município de Almada.-----

- 5.4 - O SMPC implementou uma vez mais a Operação "Floresta Segura, Floresta Verde", operação de vigilância e prevenção de incêndios florestais no Concelho, contando este ano com o apoio e participação de voluntários, membros dos Clubes Todo o Terreno, do Clube Ibérico de Montanhismo e Orientação do Concelho de Almada e Associação de Comandos de Almada, Delegação de Almada e Seixal.-----**

O balanço da operação é francamente positivo, os resultados traduzem-se em apenas 130 metros de área florestal ardida.-----

O trabalho conjunto das várias entidades envolvidas traduziu-se em 13.536 horas de vigilância e prevenção tendo sido percorridos 27.812 quilómetros por 2218 elementos afectos ao dispositivo, durante os 104 dias que durou a operação.-----

- 5.5 - O Serviço Municipal de Protecção Civil organizou e promoveu várias acções de formação práticas e teóricas para a comunidade escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico do Concelho de Almada. Nestas acções de formação foram abordados temas como a organização interna de segurança nas escolas, a operacionalização e activação interna de segurança nas escolas, a operacionalização e activação do plano de emergência interno e evacuação e ainda a utilização dos equipamentos de combate a incêndios.-----**

- 5.6 - O Serviço Municipal de Protecção Civil em articulação com a Divisão de Educação da CMA, elaborou e entregou 11 planos de emergência e evacuação de escolas do ensino básico 1º Ciclo do Concelho de Almada.-----**

- 5.7 - Destaque ainda para as actividades das Associações e dos Corpos dos Bombeiros Voluntários de Almada, Cacilhas e Trafaria que durante o ano de 2007 prestaram os mais diversos serviços que no conjunto das três Corporações totalizam 84.102 intervenções, com 174.896 Bombeiros utilizados, 1.635.406 quilómetros percorridos pelas suas viaturas e utilizando 38.148 horas e 50 minutos.-----**

- 6 - A Assembleia Municipal de Almada em apreciação dos Pareceres reforça a preocupação pelas insuficiências em recursos humanos e meios operacionais das polícias, e proclama a absoluta necessidade do policiamento de proximidade**



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

ou comunitário, reclama a construção das instalações para as Forças de Segurança inscritas no Orçamento de Estado assim como no PIA/Monte de Caparica, e manifesta apreço pelo empenho e desempenho dos profissionais no cumprimento das missões de segurança.-----

- 7 - A Assembleia Municipal de Almada manifesta reconhecimento à qualidade da acção do Serviço Municipal de Protecção Civil e enaltece a actividade das Associações Humanitárias e dos seus Bombeiros de Almada, Cacilhas e Trafaria.-

6.5.5.2 - Sentimento de Insegurança na Freguesia de Caparica e Recusa da Construção do Posto Policial do PIA, foi aprovada por unanimidade, através da seguinte deliberação:-----

-----**Deliberação**-----

É universalmente aceite que uma política democrática em matéria de Segurança e de Administração Interna é inseparável de uma política de desenvolvimento integrado de justiça social, de direito ao trabalho e de trabalho com direitos, de melhor qualidade de vida ao nível económico, cultural e urbano, de reconhecimento dos direitos e de inserção dos imigrantes e das minorias étnicas, de prevenção e tratamento da toxicodependência, de combate ao crime organizado.-----

O combate ao crime, defendendo a legalidade democrática, tem nas instalações para as forças e serviços de segurança, nos efectivos e meios operacionais e no policiamento de proximidade, pilar importante e até determinante para que seja assegurado às populações a efectivação do direito democrático e constitucional à segurança.-----

É neste contexto que importa considerar o sentimento de insegurança dos cidadãos residentes na Freguesia de Caparica, o mais elevado entre as onze Freguesias do Concelho de Almada.-----

Dos estudos que anualmente são realizados pelo Centro de Estudos e Sondagens de Opinião da Universidade Católica no âmbito do Observatório de Segurança de Almada e numa classificação da segurança por freguesia de residência, em que 1 corresponde a muito segura e 5 a muito perigosa, a Freguesia de Caparica aparece negativamente destacada com o valor de 3,3 (a única com valor superior a 3 e para uma média de 2,9 para as onze freguesias).-----

A Freguesia de Caparica que tem a sua sede no Monte de Caparica e faz fronteira a poente e a sul com as Freguesias da Trafaria, Costa de Caparica e Charneca de Caparica, tem cerca de 20.000 habitantes, sendo sua parte integrante o território do denominado Plano Integrado de Almada (PIA), a que acresce a numerosa população



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

universitária da Faculdade de Ciências e Tecnologia - Universidade Nova de Lisboa, no Campus da Caparica e da Escola Superior de Ciências da Saúde.-----

A Freguesia de Caparica está dependente em termos de segurança do Posto da GNR na Trafaria a cerca de 10 km de áreas do PIA e ainda muito mais distante de outras áreas da Freguesia como são os casos dos Capuchos, Vila Nova ou o Funchalinho, a que acresce os quatro meses da época balnear em que percorrer meia dúzia de quilómetros demora 1 e 2 horas.-----

As populações sentem-se inseguras e manifestam-se contra a situação que consideram insustentável em que moradores e comerciantes são assaltados, vivem com ameaças constantes, além dos actos de vandalismo em equipamentos (parques infantis, zonas verdes, escolas, etc.).-----

Foram estes factos continuados que determinaram às Autarquias e os Cidadãos, desde a década de 90, encetarem procedimentos reivindicativos junto dos Governos para a construção de um Posto Policial na Freguesia de Caparica, mais propriamente na área dos Bairros Amarelo, Branco e Rosa, Bairros da Cooperativa "União dos Trabalhadores" e "Irmanadora" ou seja no interior do PIA.-----

Ao longo dos anos foram vários os Ministros e os Secretários de Estado da Administração Interna que consideraram a necessidade e prometeram a construção do Posto Policial do PIA/Monte de Caparica.-----

É neste contexto que em Novembro de 1997 é assumido publicamente o compromisso de construção do Posto Policial do PIA e determinada a sua localização no terreno.----

Na verdade o compromisso é assumido na Caparica, precisamente no PIA, pelo então Ministro do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, Engenheiro João Cravinho, na presença de inúmeros representantes de instituições, entidades e organizações para o efeito convidadas e testemunhado entusiasticamente pela população local que ocorreu a tão importante acontecimento para a sua qualidade de vida. O compromisso não foi só em declarações verbais pois foi assinado um protocolo pela então Secretária de Estado da Habitação e Comunicações, Dr.^a Leonor Coutinho e o Secretário de Estado da Administração Interna, Senhor Armando Vara, em que foi plasmada a cedência do terreno por um e a construção do posto policial por outro, com a indicação da sua entrada em funcionamento em 1999.-----

Entretanto os Governantes são substituídos, outros Governos são empossados, fazem-se novas reuniões das Autarquias com os novos Governantes lembrando o



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

compromisso, as populações manifestam-se e reivindicam o Posto Policial, mas o compromisso do Governo PS continuava e continua a não ser cumprido.-----

Importa no entanto e a propósito ter em conta e destacar para um melhor acompanhamento do processo e dos compromissos assumidos designadamente, os seguintes factos.-----

- O abaixo-assinado subscrito por 1700 cidadãos residentes no PIA dirigido ao Ministro da Administração Interna, Dr. Fernando Gomes, solicitando o cumprimento do compromisso da criação de um Posto de Segurança Pública na área do PIA (entregue no Ministério em 21 de Fevereiro de 2000).-----
- A reunião em 09 de Março de 2000 entre os Presidentes da Câmara Municipal, da Assembleia Municipal e das Juntas de Freguesia de Caparica, Charneca de Caparica, Costa de Caparica, Sobreda, Pragal, Laranjeiro e Feijó e o Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Administração Interna, Dr. Manuel Diogo, em que o governante assumiu o compromisso de lançar o concurso público para a obra até Junho de 2000.-----
- A reunião em 26 de Outubro de 2000 dos Presidentes da Câmara e Assembleia Municipal e das Juntas de Freguesia com o Secretário de Estado da Administração Interna, Dr. Luís Patrão, que afirmou peremptório que o Posto Policial no PIA, seria da PSP, tendo o início da construção programada para 2001 e entrando em funcionamento no primeiro semestre de 2003.-----
- A resposta do Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares, Dr. José Magalhães, em 11 de Abril de 2001 ao Requerimento nº 632/VIII/2ª do Grupo Parlamentar do PCP, informando que relativamente ao Posto Policial no Ex-Plano Integrado de Almada "o projecto de execução encontra-se em fase de conclusão".--
- A publicação no Diário da República III, Série, nº 147, a Páginas 13.546, de 27 de Junho de 2001, do anúncio nº 10/Publ/2001 do Concurso Público para a construção da Esquadra do PIA em Almada com as empreitadas de construção civil e instalações eléctricas e um prazo para a execução da obra de oito meses.-----
- Do ofício da Directora do Gabinete de Estudos e Planeamento de Instalações do Ministério da Administração Interna - GEPI - de 11 de Julho de 2001 enviado à Câmara Municipal de Almada dando-lhe a conhecer o Processo de Concurso para o Posto e solicitando a divulgação do mesmo e a sua colocação nos Paços do Concelho para consulta.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- Do ofício nº 3778, de 01 de Julho de 2002, da Directora do GEPI informando o Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Administração Interna de que e cita-se "Esquadra da PSP no PIA - Foi elaborado o projecto, que se realizou em 01.08.2001. Após a análise das propostas, surgiu o problema da área em causa estar afectada à GNR, tendo o assunto sido colocado superiormente ao MAI, com vista a uma definição do dispositivo através do ofício nº 9.921 de 27/12/2002.-----
Aguarda-se orientação quanto à afectação da referida área"-----

- Do Programa de Investimento e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central dos Orçamentos de Estado dando nota da vontade ou da falta dela em desenvolver o processo.-----

Assim: Em 2002 aparece no Programa de Instalações das Forças e Serviços de Segurança, um Projecto inscrito com a denominação "Esquadra do PIA/Plano Integrado de Almada - Monte de Caparica" com a verba de 149.632 Euros para 2002.----

Em 2003 o Projecto desaparece.-----

Em 2004 é inscrito na Medida "Construção de Instalações para as Forças e Serviços de Segurança - GEPI" um projecto denominado "Esquadra da PSP PIA Almada com uma verba total de 596.478 Euros, repartidas por 2004 com 25.000 €, 2005 com 200.000 € e 2006 com 371.478 Euros.-----

Em 2005 mantém-se a inscrição do projecto com 25.000 € para 2005 e a concluir-se em 2007.-----

- Entretanto e ao longo de todos estes anos as autarquias quer através de Moções/Deliberações, quer através de reuniões com o Governo, assim como anualmente o Conselho Municipal de Segurança vem chamando a atenção e reivindicando a construção do Posto Policial do PIA/Caparica.-----

Novamente este ano o Conselho Municipal de Segurança no Parecer sobre "Segurança e Criminalidade" "no âmbito dos meios operacionais das Forças de Segurança" e "ao nível das instalações" refere que "cresce a importância da construção prioritária do Posto do ex-PIA - Monte de Caparica", anotando que "A ausência de instalações e efectivos fixos no Monte de Caparica/Freguesia de Caparica, agrava o sentimento de insegurança, numa freguesia populosa e pólo universitário".-----

Os cidadãos protestam indignados porque foram enganados, porque não compreendem como é que em termos de segurança o que era necessário e bom para a PSP deixa de o ser para a GNR.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

A culminar todo este processo está a posição do actual Secretário de Estado da Administração Interna que informa o Município que a instalação de um Posto na Freguesia de Caparica não consta da lista de prioridades plurianual em matéria de novas instalações da Guarda Nacional Republicana.-----

Nestes termos e no exercício da competência e para os efeitos previstos na alínea o), do nº 1, do artigo 53º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e em presença dos Pareceres do Conselho Municipal de Segurança ao abrigo da Lei nº 33/98, de 18 de Junho, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Plenária no dia 19 de Dezembro de 2008, delibera:-----

- 1 - Manifestar o mais veemente protesto e indignação por continuar sem estar assegurado a construção do Posto Policial no PIA/Monte de Caparica.-----**
- 2 - Protestar pela falta grave do actual Governo de não cumprimento dos compromissos e protocolos assumidos e subscritos por Governos anteriores.----**
- 3 - Exigir a revisão da actual decisão do Ministério da Administração Interna por forma a ser feita a adjudicação da obra para que a construção do Posto da GNR no PIA se inicie ainda no ano de 2009.-----**

7 – Não havendo mais pedidos de palavra e considerando o adiantado da hora, a Assembleia Municipal decidiu interromper os trabalhos realizando-se no dia 22 de Dezembro a terceira reunião.-----

8 – O Presidente colocou à consideração da Assembleia a Minuta da Acta.-----

8.1 - Foi assim lida e aprovada a Minuta da Acta da presente reunião.-----

9 - Foi verificada a presença dos Jornalistas Sr. Miguel Ribeiro (Boletim Municipal da Câmara Municipal); Sr.ª Sandra Carvalho e o Sr. Fernando Fitas (Noticias de Almada); e de trinta e sete Srs. Munícipes.-----

10 - Verificou-se a presença à Reunião da Presidente da Câmara Municipal, Excelentíssima Senhora Maria Emília Guerreiro Neto de Sousa, dos Vereadores Excelentíssimos Senhores José Manuel Raposo Gonçalves; Carlos Manuel Coelho Revés; António José de Sousa Matos; Rui Jorge Palma de Sousa Martins; Nuno Miguel Macedo Marques Vitorino; António Pedro Roque da Visitação Oliveira; António Francisco Salgueiro.-----

11 - Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião eram 01H05 do dia 20 de Dezembro de 2008.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

12 - Por ser verdade se elaborou a presente Acta, que vai ser assinada pela Mesa.-----

O PRESIDENTE _____

O 1º SECRETÁRIO _____